



O que há por dentro do INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

Ao transitar entre o público e o particular,
empresas ampliam responsabilidade na sociedade,
mas surgem questionamentos

SETOR 2,5:
novo negócio que
ganha fôlego no País

RENÚNCIA FISCAL: em
meio a bons exemplos,
má gestão e distorções

ENTREVISTA: o conceito
de democracia pode
não ser universal

Cada vez mais, as pessoas estão descobrindo
que têm um enorme poder nas mãos.

O poder de escolha.

Com ele, você passou a dar o tom.

E as empresas passaram a ouvir mais do que falar.

Já existe um banco assim: o Santander.

Escolha o banco que se reinventou

a partir do que sua vida precisa.

Para você realizar cada vez mais.

SUA VEZ.

SUA VOZ.

SEU BANCO.

 **Santander**

um banco para suas ideias

santander.com.br

Fazer o bem e olhar a quem

O entendimento de que as empresas pertencem à sociedade civil faz com que sejam vistas como parte dos problemas e das soluções do campo social. Com isso, há um crescente alinhamento dos interesses privados com as ações que trazem benefícios também da porta da empresa para fora.

Mas, junto com o louvável avanço do investimento do setor privado em temas de interesse público, surgem questões em torno da prática do chamado investimento social privado (ISP), que vão desde a governança até a eficácia desses projetos.

Uma das discussões que esta edição problematiza, por exemplo, refere-se a uma prática comum no Brasil, pela qual instituições privadas criam entidades jurídicas separadas – e com regime fiscal diferenciado – para desenvolver projetos correlatos à sua área de atuação. Na reportagem de capa, ouvimos diversas vozes para entender por que a empresa não incorpora o objeto das fundações e institutos em seu próprio negócio.

Divergências à parte, uma conclusão possível é a de que, na intersecção das esferas privada e pública, surgiram “50 tons de cinza”, como disse uma das fontes entrevistadas. Isso requer maior transparência, definição de atribuições e um acompanhamento rigoroso da aplicação dos recursos.

Ao mesmo tempo, o Terceiro Setor – com *fundraising* formado por fatias crescentes do setor privado – busca aumentar sua autonomia financeira, para dar corpo, com liberdade de ação, às demandas que emergem das bases da sociedade civil.

Boa leitura!

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Leticia Freire
REPÓRTER Thais Herrero
EDIÇÃO DE ARTE Amanda Abad e Marcius Marques
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Ana Cristina d'Angelo, Aron Belinky, Arthur Fujii, Fabio Storino, Francine Lima, Ignacy Sachs, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos), Juliana Arini, Luana Lila, Magali Cabral, Regina Scharf, Tão Gomes Pinto, Tatiane Klein
ENSAIO FOTOGRÁFICO André Ramos
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677
REPRESENTANTE EM BRASÍLIA
Marketing 10 – José Hevaldo
jh@marketing10.com.br
(61) 3326-0110 / 3964-2110 / 9229-0727

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack
IMPRESSÃO D'Lippi Artes Gráficas Ltda.
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares
Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

APOIO



A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – A EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

Fotografe com smartphone e leia a versão on-line desta edição



16 ENTREVISTA A historiadora Marcia Camargos explica como a revolução laica da Primavera Árabe foi sequestrada por forças religiosas.

22 RETRATO *Peluquerías, salteñas*, malhas tradicionais. No bairro do Pari, em São Paulo, uma Bolívia existe e resiste.

28 CAPA O investimento social privado desperta questionamentos sobre governança, transparência, eficácia e papel da empresa na sociedade.

36 RENÚNCIA FISCAL Em meio a bons exemplos, sobram relatos de distorção e má aplicação dos recursos, seja na cultura, seja no esporte.

40 RECURSOS Representantes do Terceiro Setor buscam no futuro Marco Regulatório formas de conquistar autonomia financeira e liberdade de ação.

46 SETOR 2,5 Entre o Segundo e o Terceiro setor, um novo tipo de negócio ganha fôlego, unindo características empresariais com as das ONGs.

Seções



06 Notas
09 Web
10 Página Cultural
11 Análise
12 Economia Verde
35 Coluna
44 Artigo
45 Daqui Pra Lá
50 Última

CAPA Fotografia: Amanda Abad

Caixa de entrada

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Luz no Invisível – edição 71]

Quem não tem nada, tem infinito/ Quem tem muito, tem finito/ Quem não tem casa tem o mundo/ E a cada dia/ Um nascer, um ser e o pôr do sol. **Poeta Insone**

[Bomba de metano – Blog De Lá Pra Cá] - Trata-se de um tópico,

literalmente, inflamável. Enquanto uns tentam capturar metano e CO₂, outros se dispõem a ir lá e liberar o que já estava aprisionado. **Gilvan Tessari**

[Página22 no Facebook] Chegaram em casa as edições de fevereiro e março. Estou para descobrir revista melhor que a de vocês!

Leandro dos Santos Souza

Parabéns pelo excelente trabalho! Tenho lido e compartilhado aqui no Nordeste. **Shamaa Dhyana**

Assisti ao debate Primaveras via internet. O tema é muito relevante, precisa ser esclarecido com urgência, e o filme Muito Além do Peso é fundamental para alertar a

sociedade sobre a questão da publicidade infantil. Estou fã desse Primaveras.

Fernanda H. Figueiredo

[O bottom line da ética - edição 72] A entrevista com Oscar Vilhena Vieira é brilhante. Deveria ser leitura obrigatória em faculdades, por alunos, professores e gestores. Parabéns pela abordagem do assunto de forma tão direta e reveladora.

Luciana Simões

Sou analista de comunicação da área de Ética e Ombudsman do Itaú Unibanco e gostamos muito da entrevista. Podemos reproduzi-la em nosso blog, com os devidos créditos?

Kelly Casarin

OUTBOX
Sim, Kelly, todo o conteúdo de PÁGINA22 é Creative Commons (exceto imagens): pode ser reproduzido e compartilhado, desde que citando o autor, a revista e o link.

[PUBLICIDADE 1]

Internet reforça consumismo

Uma preocupante tendência na relação entre internet, publicidade e consumismo foi detectada pelo Worldwatch Institute, baseado em Washington D.C., nos Estados Unidos. Com base em exaustiva pesquisa sobre o mercado publicitário, um estudo divulgado no fim de março mostra que o avanço da mídia digital levou a um aumento nos gastos globais com publicidade. Mais ainda: o consumismo foi vitaminado pelas novas formas de propaganda no mundo virtual, relata o estudo *Advertising Spending Continues Gradual Rebound Driven by Growth in Internet Media*, disponível no link bit.ly/11QdPV1.

Segundo o serviço Vital Signs Online, do Worldwatch, as despesas globais com publicidade cresceram 3,3% em 2012, para US\$ 497,3 bilhões, prosseguindo o movimento de recuperação gradual do tombo sofrido em 2009. Naquele ano, os gastos declinaram 9,6% como efeito da recessão.

A internet foi a mídia com maior expansão no ano passado, quando ampliou para 18% sua fatia no mercado global da publicidade – puxada, sobretudo, pelas redes sociais e anúncios nos vídeos on-line. Não surpreende, portanto, que os telefones celulares e

as redes sociais já respondam por mais da metade de toda a receita publicitária nos Estados Unidos.

Em meio à expansão espetacular do mercado publicitário, parece paradoxal que a propaganda na mídia pré-internet esteja perdendo eficácia, segundo o relatório. Como resposta à fadiga com comerciais televisivos, anúncios na imprensa e outdoors, as agências de propaganda concebem técnicas mais sutis, tais como materiais promocionais em blogs e publicidade interativa nas redes sociais, especialmente Facebook e Twitter. “A distinção entre publicidade e conteúdo na mídia, dessa forma, fica cada vez mais turva”, disse Shakuntala Makhijani, autora do estudo, em sua apresentação.

O relatório também questiona o crescente uso do apelo ecológico no lançamento de novos produtos. Nos Estados Unidos, o número de novos produtos “verdes” subiu de 100 itens comercializados em 2004 para 1.500 em 2009. Para o Worldwatch, a autêntica sustentabilidade demandará menos consumo material e, portanto, limites mais severos sobre a publicidade, de modo a frear sua expansão e crescente presença no cotidiano das pessoas.

– POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA

[PUBLICIDADE 2]

MÃO DURA COM ANÚNCIO “VERDE”

A quantidade de casos de falsa alegação pelos anunciantes sobre a sustentabilidade de seus produtos cresceu tanto nos Estados Unidos ao longo da década passada que a Comissão Federal do Comércio (FTC, na sigla em inglês) iniciou uma revisão de seus *Green Guides* em 2010, concluída em outubro do ano passado. Pelas novas diretrizes, a FTC, órgão poderoso do governo americano, poderá

punir com proibição e multa a veiculação de propaganda enganosa de produtos que se supõe ambientalmente amigáveis. Para mais detalhes sobre a revisão, acesse ftc.gov/opa/2012/10/greenguides.shtml.

No Brasil, o máximo que se conseguiu foi a edição em agosto de 2011 de novas normas para o uso do apelo verde na propaganda pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) (veja reportagem “Cercos ao greenwashing”, publicada em dezembro na edição 70 de PÁGINA22). O Ministério da Justiça não possui diretrizes públicas sobre veiculação de peças publicitárias que associam marcas e produtos à sustentabilidade ambiental nem poder para punir ou vetar a veiculação de anúncios com apelos verdes falsos ou exagerados. (JAGP)

[INDÚSTRIA DE ALIMENTOS 1] SOB ESCRUTÍNIO

Pela primeira vez, um estudo sistemático examinou em que medida as corporações de alimentos estão comprometidas com a nutrição de seus consumidores. Divulgado em 12 de março, o relatório da Access to Nutrition Index (ATNI) – uma iniciativa da Aliança Global para Nutrição Aprimorada

(Gain, na sigla em inglês), da Fundação Bill e Melinda Gates e do Welcome Trust – mostra que a “Big Food”, como é conhecido o grupo das grandes multinacionais de alimentos, está falhando nesse quesito. Das 25 maiores empresas do mundo avaliadas, a maioria mostrou resultados insatisfatórios (mais na reportagem “Em Fogo Alto”, edição 70).

O relatório partiu de documentos disponibilizados pelas próprias empresas para examinar compromissos, práticas e desempenhos em políticas corporativas globais relacionadas à nutrição, com base em recomendações internacionais. Entre os sete quesitos avaliados estão os esforços para melhorar o perfil nutricional e a rotulagem dos produtos; o cumprimento de acordos envolvendo o marketing de alimentos destinados ao público infantil (mais em nota ao lado) e a facilitação do acesso a alimentos saudáveis em comunidades pobres.

Em escala de zero a 10, a maioria das empresas teve pontuação geral abaixo de 5, com exceção de Danone (6,3), Unilever (6,1) e Nestlé (6,0). Em 20º, ficou a BRF (antiga Brasil Foods), com 0,6 (acesse o ranking completo em nosso site).

Quem publica relatórios corporativos acabou se dando melhor. Segundo Inge

Kauer, diretora-executiva da ATNI, houve quem levasse nota baixa por não ter informação suficiente sobre suas políticas nutricionais. Mas isso poderá ser corrigido nas próximas edições do relatório, que será bienal. Ainda assim, segundo Inge, está claro que o setor precisa se empenhar mais. “Essas 25 empresas são responsáveis pela alimentação de boa parte do mundo. Elas têm a obrigação de contribuir mais no combate à desnutrição e à obesidade.”

E as obrigações tendem a aumentar. Duas semanas antes da ATNI, a Oxfam havia lançado a campanha “Por Trás das Marcas”, expondo falhas nas políticas socioambientais nessa mesma indústria de alimentos (mais em goo.gl/ieLPP). A vigilância está só começando. – POR FRANCINE LIMA

[INDÚSTRIA DE ALIMENTOS 2]

NUTRIÇÃO INFANTIL EM QUESTÃO

O aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses de vida, recomendado pela Organização Mundial da Saúde, é um dos fatores que a ATNI considera fundamentais para evitar tanto a desnutrição quanto a obesidade. E até nisso a indústria de alimentos tem sua responsabilidade, já que fabrica fórmulas infantis.

A preocupação da ATNI nesse quesito é evitar que os fabricantes adotem estratégias de marketing que promovam esse tipo de produto como nutricionalmente superior ao leite materno e entre mães que não precisam de substitutos, fato já ocorrido mais de uma vez e vetado pelo Código Internacional para o Marketing de Substitutos do Leite Materno, de 1981.

Segundo a nota de divulgação para a imprensa, embora demonstrem comprometimento com a nutrição de seus consumidores, foi por violar esse código que Danone e Nestlé, duas das maiores marcas de alimentos infantis, receberam nota abaixo de 7. Em resposta à PÁGINA22, a Danone ressalta sua dedicação a produzir alimentos nutritivos, considerando-se merecedora do topo do ranking. “Resultados como este refletem o quão inserido o tema da nutrição está dentro da empresa e confirmam que estamos no caminho certo”, diz Ana Tasca Del’Arco, gerente em saúde e nutrição da marca.

A questão que fica é se avaliações



CROSSETT LIBRARY BENNINGTON COLLEGE/FLOICKER

como essa podem de fato tornar as práticas no setor de alimentos mais responsáveis. Além de o relatório premiar esforços que as empresas mais endinheiradas já demonstram, como a publicação frequente de relatórios corporativos, críticos desconfiam do fato de a Gain ter Unilever, Pepsico, Coca-Cola e outras marcas como parceiras: seriam as próprias empresas indiretamente avaliando-se e aprovando a si mesmas?

Copresidente da International Baby Food Action Network (IBFAN), organização de proteção à alimentação adequada na infância, a britânica Patti Rundall teme que a ATNI seja, na verdade, um instrumento de endosso para as grandes marcas. “É uma tática esperta que premia empresas pelas realizações erradas, pois desvia nossa atenção do que é urgente: legislação forte com monitoramento independente.”

Pelo menos, a iniciativa está gerando debate. Inócua não há de ser. (FL)

[EDUCAÇÃO] DO QUINTAL PARA OS EUA

Elizabeth Rodrigues queria ser professora desde os 6 anos. Só não imaginava que isso a faria voar longe: de Laranjal do Jari (AP) aos Estados Unidos, para participar de uma

das feiras de ciências mais importantes do mundo.

Professora de Física e Matemática na Escola Estadual Mineko Hayashida, Elizabeth juntou-se com três estudantes e desenvolveu no quintal de sua casa o projeto “Biojari, as mudanças começam a partir de novas ideias”, que previa a construção de um biodigestor que transforma lixo em gás para a população. Eles foram premiados no Brasil e, no ano passado, receberam um convite para participar da Intel International Science and Engineering Fair (Isef), em Pittsburgh.

Para chegarem lá, no entanto, tiveram de vencer obstáculos. Precisavam tirar vistos, conseguir dinheiro para a passagem e aprender inglês. Conseguiram graças à ajuda de amigos e vendendo bolos. Contrataram um professor de inglês, mas, como o tempo era curto, gravaram as falas da apresentação do projeto em um celular e ficaram ouvindo todos os dias, até decorar.

A participação na feira foi um sucesso e Elizabeth trouxe de volta um exemplo de perseverança e luta. Em março, apresentou sua história no TEDx Ver-o-Peso, em Belém do Pará.

Hoje, Elizabeth incentiva a prefeitura de Laranjal a promover feiras científicas. “Tento mostrar que pesquisar é buscar soluções. De que adianta fazer um projeto para resolver os problemas em São Paulo se a gente está rodeado de problemas aqui?”, provoca.

Pensando nisso, a professora criou um repelente orgânico contra formigas-de-fogo, as lava-pés, desenvolvido com alunos em sua casa. E voltará aos Estados Unidos para participar da feira. Mas as dificuldades para conseguir chegar lá já começaram. Elizabeth ainda não sabe como vai arcar com os custos da viagem, mais uma vez. – POR LUANA LILA

[MOBILIDADE]

A PÉ SE VAI AO LONGE

De tanto argumentar com muitas pessoas sobre a importância de andar a pé para conhecer a cidade, os amigos e moradores de São Paulo Edson Silva, Letícia Sabino, Renata Eschiletti e Victor Mendes decidiram organizar

[ERRATA] Na *Entrevista* com Oscar Vilhena Vieira publicada na edição 72, há um trecho na página 48 que pertencia à *Entrevista* da edição 71, com Ronaldo Lemos. O trecho, que não foi devidamente apagado quando o arquivo novo substituiu o anterior, contém a pergunta iniciada com “Direitos autorais” e a sua respectiva resposta, terminada em “circulação da informação”. As versões no website (no link da entrevista e no PDF da edição 72) estão corretas.



TRUTHOUT/OLIGOFLOICKER

caminhadas guiadas. E fundaram o SampaPé, com o objetivo de melhorar o relacionamento dos cidadãos com sua cidade por meio do conhecimento e experimentação das ruas.

Desde agosto de 2012, eles levaram 12 turmas a bairros como Bexiga, Pinheiros, Capão Redondo e Ipiranga e tiveram cerca de 350 participantes, entre paulistanos e turistas de todas as idades.

Além de conhecer os pontos mais movimentados e importantes de cada lugar, a equipe do SampaPé conta a história e as curiosidades dos bairros. Em março, depois de uma votação na internet, foram à Penha, na Zona Leste. “É um bairro riquíssimo em histórias e com um passado que deveria ser mais divulgado e valorizado. É uma pena considerarmos “exótica” a ida até lá. Deveria ser natural”, diz Letícia. Ela conta que na Cidade do México um dos bairros mais visitados é Coyoacán, mesmo sendo afastado do centro da capital mexicana, porque soube valorizar o seu passado colonial. “Vejo a Penha exatamente da mesma forma, e com esse potencial”, diz.

O “carrocentrismo” e o medo da violência, segundo ela, são as principais razões por ter tornado a cidade pouco convidativa aos pedestres.

As ações do SampaPé vão além dos passos dados. No site sampa.com.br, é possível encaminhar denúncias de calçadas irregulares a vereadores e ao projeto Guardiões das Calçadas, da deputada federal Mara Gabrilli (PSDB). Segundo Letícia, o canal “Desembucha!”, que faz parte do site, ainda é pouco aproveitado pelas pessoas – que, mesmo gostando de reclamar, não estão acostumadas a usar um canal oficial de comunicação com o poder público.

– POR THÁIS HERRERO



MARIO CREMAFLICKR

OLHA ISSO!

POR FABIO F. STORINO*

AÇÕES EXEMPLARES

No início dos anos 1950, voluntários foram convidados para participar de um experimento sobre percepção. Sentados em grupo em uma sala, a eles era exibido um cartaz contendo linhas retas de variados tamanhos, demarcadas. A eles era solicitado que se apontasse, em voz alta e em sequência, qual das linhas à direita possuía o mesmo tamanho da linha à esquerda. O que os voluntários não sabiam é que eram os únicos na sala: os demais participantes eram atores.



US NATIONAL ARCHIVES/WIKIMEDIA.ORG

O que o psicólogo Solomon Asch buscava com esse experimento, na verdade, era entender mecanismos de conformidade social. E os resultados foram impressionantes: depois de respostas visivelmente incorretas dadas pelos atores, cerca de um terço dos voluntários acabava cedendo à pressão do grupo e escolhendo a mesma alternativa – alguns até que resistiam no começo, mas, após receber olhares de estranhamento dos demais, acabavam aderindo à “sabedoria coletiva” (alguns dos “experimentos de conformidade de Asch” podem ser vistos em youtu.be/TYlh4MkcfJA e youtu.be/uuvGh_n3l_M).

O “paradigma de Asch” é usado pela Psicologia Social até hoje, e entendê-lo melhor pode ser a chave para mudanças importantes no comportamento das pessoas.

O experimento observou dois efeitos da pressão de grupo sobre o indivíduo, um normativo, e outro informativo. O normativo diz respeito à condição humana de “ser social”, do nosso desejo de viver em e pertencer a grupos. Ser o único “do contra”, no experimento acima, carregava um estigma negativo. De fato, se um dos atores também respondesse corretamente, ou se a resposta do voluntário não era tornada pública para os demais participantes, a conformidade com a maioria era bastante reduzida.

Segundo a perspectiva informativa, o que os outros pensam e como veem o mundo informam nossa própria percepção sobre qual é a conduta apropriada (ou esperada) em uma determinada situação. E isso pode variar dentro de um mesmo contexto cultural e jurídico: enquanto nas ruas de São Paulo predomina a sujeira, suas estações de metrô estão entre as mais limpas do mundo. Por quê? A equipe de limpeza é acionada ao menor sinal de sujeira e, em uma estação limpa, a “norma” social entendida é de que lá não se joga sujeira no chão — é alto o custo psicossocial da violação dessa norma.

Em artigo publicado na *Science*, pesquisadores da Universidade de Groningen testaram na prática a teoria das “janelas quebradas” (a ideia de que desordem social e pequenos delitos levam a violações mais graves). Em um envelope parcialmente inserido em uma caixa de correio, deixaram uma nota de 5 euros visivelmente à mostra. Quando esta caixa de correio estava cercada de sujeira ou de pichação, o dobro de pessoas furtava o dinheiro. Em outro experimento, três vezes mais motoristas cruzavam um atalho proibido para buscar seus carros em um estacionamento se, ao lado da entrada, houvesse bicicletas acorrentadas ilegalmente a uma grade (ver estudo em goo.gl/2YIDn).

Em vez de penas cada vez mais severas, o país das leis que “não pegam” poderia se beneficiar de uma mudança das normas sociais em vigor. A moralização não precisa começar em Brasília, mas no cotidiano de todos nós. O bom exemplo não precisa — aliás, nem deve — ser exaltado como um ato heroico: ele está ao alcance de todos. Já os maus exemplos, por menores e mais banais que possam parecer, erodem nosso senso de obrigação com os outros.

* FABIO F. STORINO É PESQUISADOR SÊNIOR DO GVCES.

POR THÁIS HERRERO

PRATA DA CASA

Além das mudanças na lei

Em meados de março, quando o Senado aprovava a PEC das Domésticas – Proposta de Emenda Constitucional que amplia os direitos dos trabalhadores domésticos –, nossa editora, Amália Safatle, alertava que “a mudança é mais profunda do que parece”.

No *Blog da Redação* de PÁGINA22, ela reflete sobre alguns dos desdobramentos da lei.

Como será mais caro manter esse profissional, que ficará restrito aos lares de elites econômicas, postos podem ser perdidos. Por outro lado, isso trará maior oportunidade de aproveitamento dessa mão de obra em cargos mais qualificados. E o que a PEC das Domésticas tem a ver com a questão das mulheres, que cada vez mais conseguem espaço no mercado de trabalho?

“Tem a ver que o serviço doméstico, esperamos, não poderá mais ficar concentrado na mão feminina, seja esta a da empregada, seja a da dona da casa. Pelo aumento brutal no volume doméstico e com as mulheres trabalhando fora, as tarefas de casa terão de ser mais bem distribuídas dentro da própria família, com marido e filhos”, escreveu.

Às mulheres também caberá estabelecer condições para trabalhar: poder conciliar o cuidado com os filhos e a casa enquanto trabalham, utilizando-se de jornadas mais flexíveis. Com isso, em vez de aspirar à igualdade de condições e oportunidades nesse sistema patriarcal no qual vivemos, devemos – mulheres e homens – contribuir para “feminilizar” o sistema. Confira o texto na íntegra no site de PÁGINA22.



LINDA BARLETT/WIKIMEDIA.COMMONS



DEBATE AQUECIDO

De tempos em tempos Al Gore lança uma empreitada para chamar atenção sobre os perigos do aquecimento global e como combatê-lo. Sua mais recente é o RealityDrop.org. O site é um misto de fórum e jogo em que são postadas diariamente frases ou assuntos encontrados na mídia. Em verde estão destacadas as afirmações consideradas verdadeiras (como: “O aquecimento global acelerou-se nos últimos 15 anos, confirma novo estudo”),

que podem ser disseminadas por compartilhamento nas redes sociais e comentadas. Em vermelho, ficam frases que negam as alterações climáticas e podem ser combatidas (“Eco-Ansiedade faz aumentar alarmistas do aquecimento global”). O internauta também vota se concorda com o tópico ou não. Quanto mais interação, mais pontos.

SOLUÇÕES PARA TUDO

Para a criatividade não há limites. E, para nos saciar de ideias, existe a internet. A página do Different Solutions no Facebook (Facebook.com/different.solutions.page) é um depósito de sacadas irreverentes

que vão desde a reforma de móveis e decoração até roupinhas de bebê engraçadas, montagens e preparo de pratos rápidos e muita arte. Dessas postagens, boa parte é baseada na reutilização de objetos que iriam para o lixo ou já não têm qualquer utilidade. Algumas são ideias que você ainda não tinha tido, outras você jamais repetirá. Mas vale a pena visitar.



STARBUCKS/FELICKR

VALE O CLICK

DICIONÁRIO ON-LINE

O que é autogestão, regulação social, direito adquirido, corporativismo ou capital social? Esses e outros significados estão no *Dicionário de Políticas Públicas*, organizado pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). É o primeiro do tipo no País e teve colaboração de vários autores especialistas nos assuntos tratados. Confira em bit.ly/YAAlzX.

NO LUGAR CERTO

Quer descartar corretamente o lixo, mas não sabe onde? Acesse o sistema de buscas do eCycle.com.br, escreva seu endereço e o tipo de material que vai jogar (pode ser desde os comuns, como vidro, até eletrônicos, produtos químicos, lâmpadas e remédios). O site mostra os locais mais próximos que recebem o material. Também é possível descobrir onde doar objetos e roupas usadas.



ELIAS ROWELO/FELICKR

SITE DE CARA NOVA

O Instituto Saúde e Sustentabilidade está com site novo desde março, com o objetivo de disseminar informações sobre o viver saudável em grandes cidades. Há uma biblioteca com artigos, publicações e notícias sobre o assunto, entre outros serviços. Acesse em saudeesustentabilidade.org.br.

Um MAR de arte e educação

Inaugurado mês passado, o Museu de Arte do Rio de Janeiro (MAR) trilha ideias instigantes para se pensar, ver e fruir a arte com uma proposta educacional do ramo das audaciosas. Nesta sinuca do progresso econômico impulsionado pelo aumento do consumo e poucas respostas ou estratégias para um crescimento humano da nossa sociedade, o museu é um equipamento urbano dissonante e muito bem-vindo.

A começar pelos dois edifícios – o mais antigo, tombado e de estilo eclético, abriga o pavilhão de exposições; seu vizinho, de estilo modernista, abriga a Escola do Olhar – que se entrelaçam na paisagem do porto, lugar de efervescência e abandono da cidade do Rio de Janeiro. Entre os dois uma ponte simboliza a união e o fluxo permanente entre arte e educação inscritos na esfera pública.

O curador Paulo Herkenhoff diz que a proposta é pensar a cidade a partir do Centro, mudar a direção da cultura que normalmente parte da elite da Zona Sul. “O MAR pensa a arte para a educação, seu vínculo profundo com a agenda das pessoas. Queremos ser absorvidos pelas pessoas como possibilidade. Não abandonamos as questões estéticas, mas estaremos felizes quando os professores disserem: esse museu é meu”, acrescenta.

O MAR tem cerca de 15 mil metros quadrados e oito grandes salas de exposições, além de área educativa, auditório, biblioteca, restaurante-mirante, café, loja, áreas administrativas e de reserva técnica.

Neste primeiro semestre, quatro mostras podem ser visitadas. Obedecendo ao fluxo proposto pelos arquitetos, o público entra



CRISTINA GRANATO

pelo prédio da Escola do Olhar e a visita começa pelo terceiro andar, que é dedicado à cidade, desvendada a partir de diferentes enfoques. *Rio de Imagens: Uma paisagem em construção* abre a programação com mais de 400 peças que retratam a cidade pelo imaginário de seus habitantes, visitantes e admiradores, ao longo de mais de quatro séculos. Entre os artistas presentes na mostra estão nomes como Burtel Marx, Di Cavalcanti, Goeldi, Iberê Camargo, Ismael Nery, Pancetti, Lasar Segall, Tarsila, Taunay e Eliseu Visconti.

No segundo pavimento é a vez de *O Colecionador – Arte brasileira e internacional na coleção Boghici*, com projeto cenográfico assinado por Daniela Thomas e Felipe Tassara, que deixaram as obras suspensas no ar. São 136 obras pertencentes ao marchand romeno radicado no Rio Jean Boghici. A coleção guarda obras de artistas nacionais e internacionais como Rugendas, Debret, Modigliani, Rodin, Kandinsky, Brecheret, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e Lygia Clark.

Vontade Construtiva na Coleção Fadel ocupa o primeiro andar e conta com cerca de 250 obras da coleção do advogado carioca Sergio Fadel. Pretende ressaltar a relação direta que os movimentos modernos e pós-modernos no Brasil tiveram, e ainda têm, como alicerces sólidos para a edificação cultural do País. Reúne artistas como Hélio Oiticica, Lygia Clark, Anita Malfatti, Tarsila do

Amaral, Amilcar de Castro e Iberê Camargo.

As duas salas do térreo serão sempre dedicadas à arte contemporânea. Neste semestre, exibem a mostra *O Abrigo e o Terreno – Arte e Sociedade no Brasil*. O público vai encontrar trabalhos de artistas e coletivos do Rio e de outros estados brasileiros, concentrando sua atenção na ocupação do espaço público e na dinâmica da sociabilidade. Integram a mostra trabalhos de Hélio Oiticica (RJ), Lygia Pape (RJ), Antonio Dias (PB/RJ), Cildo Meireles (RJ), Opavivará! (RJ), entre outros.

Por meio da Escola do Olhar, o MAR vai lançar um programa educativo usando como base a concepção curatorial que norteia sua agenda de exposições. Esse programa tem como objetivo implementar ações educativas que tenham como premissa a arte em relação à cidade e à comunidade local. Moradores de comunidades no entorno cadastraram-se para ter passe-livre no museu e, dos 200 mil visitantes esperados por ano, estima-se que 100 mil sejam alunos da rede pública de ensino.

Serviço:

MAR – Museu de Arte do Rio
Das 10h às 17h. Fechado às segundas-feiras.
Gratuito às terças-feiras

Ingressos R\$ 8 | R\$ 4 (meia-entrada)

Endereço: Praça Mauá, 5 – Centro – Rio de Janeiro

[ANÁLISE]

Pelo olho da agulha Sendo a energia uma questão-chave, devemos colocar como tríplice objetivo estratégico a sobriedade energética, maior eficiência e especial destaque para as fontes renováveis **POR IGNACY SACHS***

Em que pesem os infortúnios de Cândido, que, na obra de Voltaire *Cândido, Ou o Otimismo*, acreditou na máxima do seu preceptor, Pangloss: “Tudo vai pelo melhor no melhor dos mundos possíveis”, continuo a pensar que, embora estreito, o caminho de salvação para a humanidade ainda está ao nosso alcance. Sim, ainda podemos mudar de rumo e encontrar a porta de saída, por estreito que seja o olho da agulha bíblico.

Na medida em que a energia constitui a chave para aumentar a produtividade do trabalho e o volume do produto global, podemos e devemos colocar como tríplice objetivo estratégico a sobriedade energética, uma maior eficiência no uso das diferentes energias e especial destaque para as fontes renováveis.

A iniciativa das Nações Unidas conhecida como “Energia sustentável para todos” (SE4All) [1] responde a esses objetivos, lembrando, porém, que, neste momento, 1,3 bilhão de pessoas – uma entre cinco – não têm acesso à eletricidade, enquanto quase 40% da população mundial recorre ainda a lenha, carvão mineral ou vegetal e estreme para cozinhar, condenando assim quase 2 milhões de pessoas por ano, sobretudo mulheres e crianças, a morrerem intoxicadas pela fumaça.

Daf a importância dos principais objetivos da iniciativa acima mencionada:

- assegurar o acesso universal aos serviços prestados pelas energias modernas;
- reduzir em 14% o uso global da energia até 2030, graças a equipamentos mais eficientes – cozinhas elétricas, fogareiros, geladeiras, automóveis e outros meios de transporte, bem como imóveis que requerem menos energia para serem aquecidos ou refrigerados;
- aumentar a parcela das energias renováveis dos 15% atuais para 30% em 2030.

Ao respeitar esta folha de caminho, teremos condições de avançar na



erradicação da pobreza sem provocar mudanças deletérias do clima, possivelmente fatais para a humanidade, ao limitar o aumento da temperatura global a menos de 2 graus. [2]

Dito isso, não temos o direito de ignorar os limites ao crescimento irrestrito da produção de bens e serviços no planeta Terra. Um estudo recente da Universidade de Estocolmo [3] apontou os limites planetários que devem ser respeitados ao definir estratégias de desenvolvimento de longo prazo: mudanças climáticas, perda de biodiversidade, modificação dos ciclos de nitrogênio e fósforo, usos de água, mudanças no uso dos solos, acidificação dos oceanos, redução do ozônio estratosférico, poluições químicas e aumento dos aerossóis. Três entre esses limites já estão sendo ultrapassados neste momento: as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e as emissões de nitrogênio.

O mais importante, portanto, é gerar resiliência contra essas mudanças, às vezes abruptas e não previstas, tema desenvolvido por Johan Rockström, diretor do Stockholm Resilience Centre. A resiliência

é a capacidade de um sistema de absorver os distúrbios que o atingem sem deixar de exercer suas funções básicas.

Estamos, assim, entrando em uma nova fase do processo de desenvolvimento na qual deveremos envidar esforços para continuar a enfrentar simultaneamente duas tarefas primordiais: a redução da pobreza e o aumento do bem-estar da humanidade por um lado e, por outro, a manutenção da sustentabilidade global.

Os mercados têm a vista curta demais para nos orientar nesse caminho íngreme. Daf a importância de reabilitar o planejamento a longo prazo compatível com as economias mistas público-privadas, inclusive as de caráter predominantemente capitalista.

Os futuros historiadores da nossa época não deixarão de registrar um paradoxo: o planejamento foi instituído em um momento em que carecíamos de instrumentos necessários para o seu desempenho correto e está sendo desprestigiado na era dos computadores, que, no entanto, constituem potencialmente um instrumento eficiente na mão dos planejadores. Sem nos alongar na explicação dessa situação, em parte devida aos desmandos praticados por planejadores em regimes autoritários, devemos com urgência (e seriedade) voltar a planejar.

Às Nações Unidas cabe uma dupla responsabilidade. A primeira, de ajudar os países-membros a estabelecerem, em nível nacional, provincial e local, um eficiente planejamento ecossocioeconômico a longo prazo. A segunda, de tomar as medidas necessárias para que os planos nacionais sejam articulados em planos regionais e em um plano mundial de desenvolvimento socialmente incluyente e ambientalmente sustentável de 15 ou 20 anos. O Banco Mundial e o bancos regionais de desenvolvimento deverão se empenhar para assegurar o seu financiamento.

ECOSSOCIOECONOMISTA DA ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES

[1] *Sustainable Energy for All – A Global Action Agenda*, United Nations, New York, April 2012. [2] Ver Joeri Rogelj et al., “The UN’s ‘Sustainable Energy for All’ Initiative is Compatible with a Warming Limit of 2 °C”, *Nature Climate Change*, 24 feb. 2013. [3] Maria Schultz et al., *Human Prosperity Requires Global Sustainability*, Stockholm Resilience Centre, 2013.



Duelo desigual

Contra lobby da indústria, Ibama tenta limitar o uso de inseticidas nocivos às abelhas **JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

A mortandade de abelhas tornou-se acontecimento corriqueiro no mundo do século XXI, inclusive no Brasil. O fenômeno foi batizado de Colony Collapse Disorder (CCD) e identificado inicialmente nos Estados Unidos no inverno em fins de 2006, quando apicultores relataram perdas de 30% a 90% de suas colmeias [1].

O mais recente caso no Brasil, com relato às autoridades, ocorreu em fevereiro na região de Dourados (MS), onde 70 colmeias de um único apicultor feneceram em poucos dias, selando o destino de quase 3,5 milhões de abelhas, que produzem mais de 1 tonelada de mel ao ano. “Há forte suspeita de que a morte das abelhas foi provocada pela aplicação de um inseticida da classe dos neonicotinoides em um canal”, conta Osmar Malaspina, professor do Instituto de Biociências da Unesp de Rio Claro (SP). O especialista ainda não possui detalhes da matança, que está sendo investigada pelo governo do Mato Grosso do Sul.

Foram casos como o de Dourados e evidências científicas recentes que levaram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) a comprar uma briga – desigual – com a indústria dos agrotóxicos, ao proibir temporariamente a aplicação de quatro inseticidas em lavouras que recebem insetos polinizadores: fipronil (um pirazol) e três neonicotinoides, imidacloprido, clotianidina e tiametoxan [2]. “O Ibama apanhou muito da indústria e do Ministério da Agricultura por causa da medida”, revela uma fonte de fora do governo, que prefere não se identificar.

Acossado pelo poderoso lobby do agronegócio, a agência ambiental teve de ceder e assinou duas instruções normativas conjuntas com a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), órgão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). A de outubro passado liberou a pulverização aérea dos quatro agrotóxicos, e a publicada no início de janeiro flexibilizou ainda mais a medida original, apenas resguardando a floração [3].

De qualquer maneira, as instruções normativas não mexeram na reavaliação do registro do imidacloprido, prevista pelo comunicado do Ibama para terminar em junho próximo. “Voltamos praticamente à estaca zero, pois foi ignorado solenemente o efeito bordadura da vegetação adjacente, que fornece pólen e néctar aos polinizadores”, protesta Aroni Sattler, pesquisador do laboratório de apicultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Para o presidente da Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), José Cunha, a flexibilização foi obra da pressão da indústria e da inexistência de agrotóxicos alternativos no País. “A exceção para a fase da floração atenua o problema”, diz.

A reportagem insistiu, mas não conseguiu agendar entrevista com o porta-voz do Ibama. Não há dados oficiais sobre o tamanho do declínio nas populações de abelhas domésticas e silvestres no Brasil, mas os relatos de apicultores e cientistas sobre a mortandade em massa das colmeias recomendam ações urgentes por parte do governo e do setor privado.

Campeão de vendas no mercado mundial de inseticidas, o imidacloprido foi desenvolvido nos anos 1970 pela Shell e na década de 1980 pela Bayer. Estima-se que as vendas globais de imidacloprido somem pouco mais de US\$ 1 bilhão, vindo depois o tiametoxan, da Syngenta, com faturamento anual de mais de US\$ 600 milhões. As empresas não divulgam os dados. Os neonicotinoides funcionam como neurotoxinas que interferem no sistema nervoso dos insetos, prejudicando o olfato e a memória, elementos essenciais para a manutenção das colmeias, como mostram inúmeras pesquisas recentes.

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO ATROPELADO

Na opinião da bióloga Maria Cecília Rocha, doutoranda em Ecologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), o princípio da precaução está sendo atropelado pela concorrência entre as empresas de

agrotóxicos. A pesquisadora assinala, ainda, que o surgimento de resistência de diversas pragas aos venenos existentes força a indústria de agrotóxicos a uma correria na elaboração de novos compostos. “Os novos produtos precisam ser aprovados o mais rápido possível, tornando relapsos os testes sobre controle e previsão de possíveis situações de contaminação do ambiente”, critica Maria Cecília [4].

Procurado para esclarecer a posição da indústria, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (Sindag) preferiu enviar uma nota por email. Nela, a entidade informa que participa do grupo de trabalho formado pelo Ministério da Agricultura para estudar possíveis decorrências de eventual proibição a determinados usos de agroquímicos. A Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), que reúne as principais companhias do setor, também foi procurada, mas não designou representante para falar com a reportagem.

Parece irônico que o lobby do agronegócio se volte contra uma medida que visa proteger um serviço ambiental que aumenta a produtividade das lavouras em até 20%, ensina o pesquisador Aroni Sattler. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), as abelhas, sobretudo as silvestres, polinizam 71 de pouco mais de 100 culturas que respondem por 90% da oferta global de alimentos [5].

Nos Estados Unidos, a polinização das plantações por abelhas e outros insetos contribuiu com US\$ 29 bilhões na receita dos produtores agrícolas em 2010 [6]. O lobby da indústria também tem sido bastante ativo no Velho Continente, onde a Comissão Europeia tenta suspender por dois anos a aplicação dos três inseticidas neonicotinoides sob cerco do Ibama. Apesar dos prognósticos sombrios para os polinizadores, a percepção de sua relevância para uma economia limpa e próspera poderá salvá-los da extinção.

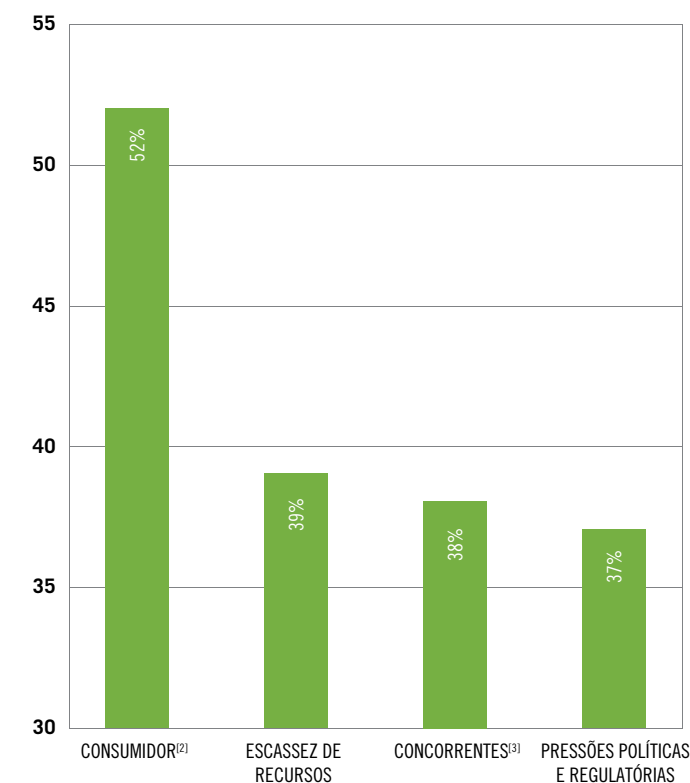
[1] O CCD é provavelmente efeito de uma combinação de fatores, especialmente perda de habitat, doenças e agrotóxicos. [2] Ver comunicado em bit.ly/16h6cWB [3] Confira a última norma em bit.ly/1OhLDoR [4] Coautora de estudo publicado pelo Ibama em outubro e acessível em bit.ly/WVAivT. [5] Informação em bit.ly/ZvjiNh [6] Ver estudo em bit.ly/L8F1nQ

Mais empresas lucram com sustentabilidade

A evolução da sustentabilidade como fonte de vantagem competitiva e lucro tem sido acompanhada desde 2010 pela sondagem anual conjunta realizada com milhares de executivos e gerentes em todo o mundo pela *MIT Sloan Management Review* e o The Boston Consulting Group. Em 2011, a pesquisa descobriu companhias que acreditavam que a sustentabilidade é necessária para torná-la competitiva. O estudo de 2012 detectou que a sustentabilidade já havia se tornado elemento permanente das agendas de muitas companhias e uma fonte de lucro para algumas.

Na sondagem divulgada em fevereiro, a parcela das empresas que relataram lucro associado à sustentabilidade alcançou 37% dos respondentes (23% em 2011). Aferição ainda mais sobressalente na pesquisa deste ano, 48% das empresas modificaram seus modelos de negócio em decorrência das oportunidades geradas pelas ações de sustentabilidade – um salto de 20% na comparação com o levantamento anterior. Participaram da sondagem mais de 2.631 executivos, gerentes e formadores de opinião de todo o mundo e de uma gama variada de indústrias. Outra revelação da pesquisa foi que 52% das companhias consultadas atribuíram sua reformulação no modelo de negócio à preferência do consumidor por produtos e serviços sustentáveis. O trabalho pode ser baixado em bit.ly/VJnWcO. (JAGP)

MOTIVOS PARA MUDAR O MODELO DE NEGÓCIOS^[1]



[1] OS QUATRO MAIS MENCIONADOS PELOS ENTREVISTADOS, QUE PODEM ESSELER MAIS DE UM FATOR. [2] PREFERÊNCIA POR PRODUTOS E SERVIÇOS SUSTENTÁVEIS EM LUGAR DE COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE. FONTE: THE INNOVATION BOTTOM LINE, 2012. MIT SLOAN MANAGEMENT REVIEW / THE BOSTON CONSULTING GROUP. ELABORAÇÃO: FINANCEZ



3 ENTREVISTA ALEXANDRE COMIN

TRANSPORTE DESAFIA A RECICLAGEM DE ELETROELETRÔNICOS

O maior desafio para implantar a logística reversa de eletroeletrônicos no Brasil será o transporte, avalia Alexandre Comin, diretor de competitividade industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Coordenador do grupo técnico de logística reversa de eletroeletrônicos, Comin detalha nesta entrevista a PÁGINA22 as principais diretrizes que nortearão o acordo setorial que regulará o sistema, previsto para entrar em vigor até o início de 2014. Propostas de acordo serão entregues ao governo até junho pela indústria de eletroeletrônicos.

(JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA)

Quais diretrizes deverão ser contempladas pelo acordo setorial dos eletroeletrônicos?

Destacaria duas diretrizes do edital (*de chamamento para a elaboração do acordo setorial para a implantação da logística reversa de produtos eletroeletrônicos e seus componentes, publicado em fevereiro e disponível em bit.ly/12SjA4r*). Uma prevê que cinco anos após a assinatura do acordo, provavelmente em 2018, a logística reversa abarque um volume em peso equivalente a 17% de tudo o que foi vendido no mercado interno em 2012. Segundo a análise de viabilidade técnica e econômica da logística reversa de eletroeletrônicos (*acessível em bit.ly/Zm19Qa*), esses cinco anos são o tempo médio entre o produto entrar e sair do mercado.

Componentes nobres, como ouro e prata, podem atrair maior interesse das recicladoras e superar a meta de 17%, enquanto a reciclagem de itens de menor valor pode ficar abaixo da meta. Isso seria um problema para o sistema?

Não há problema. Poderá ser feita a divisão entre os produtos, desde que a soma final permaneça em 17%.

Essa meta de 17% será ampliada progressivamente?

Essa meta é para 2018. E até mesmo o setor privado deverá propor metas intermediárias de caráter indicativo para acompanharmos a evolução do sistema. De qualquer maneira, a política de logística reversa prevê revisões periódicas das metas à luz do que estiver acontecendo. Se percebermos que a meta ficou muito fácil, podemos aumentá-la no meio do caminho.

Qual é o outro destaque do edital?

O início da logística é a recepção do produto, aí interessa ter um grande número de postos de recebimento para que o consumidor não se desloque muito. Até 2018, a logística deverá estar implantada nas cidades com mais de 80 mil habitantes. E prevê-se, nessas cidades, que haja pelo menos um ponto de coleta para cada grupo de 25 mil habitantes. Outra ideia é que os fabricantes e importadores sejam responsáveis por garantir a implantação desses postos de coleta juntamente com o comércio e os distribuidores. Em uma cidade como São Paulo, haveria 400 postos de coleta, aproximadamente.

Quais são os maiores desafios para implementar a logística reversa de eletroeletrônicos?

A área mais crítica será o transporte. Em uma cidade enorme como São Paulo, o transporte de resíduos entre os postos de coleta e as recicladoras percorrerá distâncias relativamente curtas. Quando se começa a olhar para os estados distantes e as cidades médias que estão longe dos grandes centros, o custo médio do transporte aumenta por causa das distâncias.

Será necessário ampliar o parque nacional de recicladoras?

Identificamos 3.000 empresas recicladoras no Brasil todo, mas teremos de aumentar esse número. É o caso dos metais, que podem ser reciclados em qualquer cidade de médio porte. Ainda assim, teremos de ampliar o número dessas processadoras.

E o valor que elas movimentam?

Isso não conseguimos levantar, é um setor muito pouco organizado.

O grupo de eletroeletrônicos tem uma proposta para solucionar o problema da diversidade de legislações estaduais sobre o transporte de resíduos?

Estamos tentando mapear os problemas acarretados pela dessintonia nas leis que regulam o assunto nos estados. Sabemos que eles existem, mas não temos noção precisa de como eles afetam os recicláveis.

O que o governo poderia fazer para diminuir a carga tributária incidente na logística reversa?

O MDIC pilota o GT que está estudando a questão tributária mais de perto. Hoje a logística é muito cara, mas podemos reduzir seus custos simplificando a legislação existente e aliviando a carga de tributos. Também estamos tentando entender por que o crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de resíduos sólidos não ganhou o volume que esperávamos. Vamos propor mudanças na legislação que tornem a medida mais útil para estimular a reciclagem. (*O Decreto nº 7.619, de 21 de novembro de 2011, regulamentou o incentivo, que concede o crédito total do IPI devido a uma empresa que compra material reciclado. O decreto pode ser consultado em bit.ly/tKpYQa*)

LEIA A ÍNTEGRA DESTA ENTREVISTA EM SUA VERSÃO DIGITAL, EM FGV.BR/CES/PAGINA22

Venha participar do maior e mais atualizado evento de **eficiência energética** do país



Inscrições abertas
www.cobee.com.br

[facebook.com/COBEE](https://www.facebook.com/COBEE)

twitter.com/COBEE1

Otimize seu tempo

Encontre novos parceiros e clientes em um mesmo ambiente de negócios



Conectando mercados, empresas e profissionais

2 e 3 de julho · 9h às 18h
Centro de Convenções Frei Caneca
Rua Frei Caneca, 569 - Consolação - São Paulo - SP

Informações
eventos@anggulo.com.br
11 5031 2707

Comercial
abesco@anggulo.com.br
11 98206 2131 | 11 5102 3650



Organização/Implementação



Acessoria de Eventos



Apoio de mídia

PÁGINA 22

Sobre águas turbulentas

POR AMÁLIA SAFATLE FOTO ARTHUR FUJII

Cabe ao intelectual criar pontes, acredita a historiadora **Marcia Camargos**. Para ela, entre os elos mais frágeis no mundo está aquele que liga “Ocidente” e “Oriente”, denominações criadas em espírito de contraposição e enfrentamento. Marcia, que chegou a acampar na Praça Tahir, no Cairo, e continuamente visita os países palco das revoltas desencadeadas na Primavera Árabe, explica como a revolução laica foi sequestrada por forças religiosas, surpreendendo quem esperava uma transformação à imagem e semelhança das democracias ocidentais.

Sem ter devidamente calculado o elemento religioso, que torna ainda mais imprevisível o desfecho na região, o Ocidente se vê em um impasse. Mas a frustração com o desenrolar da Primavera, como diz Marcia, é algo que deve falar mais alto ao Ocidente, ao dar-se conta de que a democracia talvez não seja um conceito universal, mas eurocêntrico.

Nesta entrevista concedida em meados de março, a historiadora postula que não se devem desprezar os resultados importantíssimos da Primavera Árabe, só porque tecnicamente se encerrou. Assim como na natureza, a primavera cumpre um ciclo, para então outros se abrirem.

■ Doutora em História Social pela USP, Marcia Mascarenhas de Rezende Camargos é especialista na história cultural de São Paulo, com 22 livros publicados. Mais recentemente, tem aprofundado estudos sobre o Oriente Médio e acompanhado de perto as revoluções desencadeadas pela Primavera Árabe



A eclosão da revolta na Síria completa dois anos amanhã (15 de março), e já se transformou há muito tempo em guerra civil; o Egito vive novos protestos; a região está mergulhando em um caos econômico, social, político. Na Tunísia, mais um desempregado se imolou. Podemos dizer que a Primavera Árabe, em vez de abrir espaço para o secularismo no Oriente, acabou por levar a um fortalecimento do radicalismo religioso – que é tudo o que as potências ocidentais não queriam?

Essa guinada para o radicalismo islâmico causou uma certa surpresa no mundo ocidental, porque se acreditava que esses países iriam viver uma democracia laica e igualitária. Acreditou-se que as mulheres que estiveram na vanguarda da Primavera Árabe estariam ocupando cargos no novo sistema de governo que viria. Havia essa expectativa pelo fato de jovens terem espalhado de forma tão eficaz essas revoluções usando as redes sociais. Quando Khaled Said, um jovem de Alexandria, foi preso e torturado, os seus amigos, em vez de ficar quietos, substituíram suas próprias fotos no Facebook pela foto dele e isso se espalhou a ponto de levar à ocupação na Praça Tahir. São jovens laicos, a maioria secular, não têm ligação direta – pelo menos no Egito – com a Irmandade Muçulmana e realmente batalham por uma democracia laica. Mas isso (*a frustração dessa expectativa*) diz mais sobre nós mesmos, do Ocidente, do que sobre a realidade concreta.

Isso porque a democracia no Oriente Médio não passava de uma ideia ocidental de democracia?

A democracia é tida como um conceito universal. Mas a História está nos dizendo que talvez não seja. A democracia é boa para nós, mas será boa para eles? Ou seja, que tipo de sociedade eles querem construir? É o Ocidente que tem de impor esses conceitos todos, essas teorias? Quando digo Ocidente, refiro-me às grandes potências, sobretudo países europeus e Estados Unidos.

O apoio das potências ocidentais à democracia no Oriente tem, obviamente, interesses geopolíticos e econômicos por trás, além da busca por uma maior segurança diante do terrorismo, não é isso?

Com certeza. O que menos estão interessados é na defesa de direitos humanos, mesmo porque apoiam e são bem próximos da Arábia Saudita, país que comete as piores violações e reprime a mulher da forma mais sistemática e violenta. E a gente vê poucas denúncias em relação à Arábia Saudita, porque é uma aliada. As potências ocidentais usam isso (*o discurso democrático*) como pretexto para invadir, pressionar, levar adiante sanções econômicas, para tentar impor seus valores e manter um controle. O medo do Ocidente em relação ao Oriente é o medo do desconhecido. O que é a Irmandade Muçulmana? O que estão buscando? Isso é muito desconfortável para o Ocidente.

Então, essa reviravolta que houve fala mais sobre nós mesmos do que sobre aquela realidade, porque as condições subjetivas já estavam latentes na sociedade, impulsionadas por uma minoria culta, urbana e secular que ocupou o espaço das mídias sociais. O Facebook e o Twitter não fazem revolução, e, sim, o povo em massa nas ruas. Mas podem, sim, detectar essa tendência que já estava sendo construída e, então, impulsioná-la.

O (*cientista político e historiador*) José Murilo de Carvalho diz, em um de seus livros, que, se uma ideia não encontra um substrato

Os jovens se sentem frustrados diante de uma revolução que foi sequestrada

na sociedade, cai no vazio e no ridículo. Ele cita, de alguma forma, (*Karl*) Marx. Todos esses países alvo das revoltas têm regimes laicos, autoritários, extremamente violentos, praticantes de tortura e muito corruptos, que detinham nas suas próprias mãos a economia do País. Você via isso no Egito com a família do Mubarak; e ainda com a família Assad na Síria, com o cunhado de Bashar (*irmão de sua esposa, Alma*) detendo grande parte do poderio econômico do país.

Claro que esses jovens estão muito frustrados, voltaram às praças, aos protestos, porque não querem um recuo. Estavam descontentes com aqueles regimes e não vão colocar outro dos mesmos moldes no lugar. Os contatos que tenho, sobretudo no Egito, mostram que a Irmandade Muçulmana, quando viu que aquilo era inevitável, acabou se aliando, o que foi fundamental para o resultado da revolução.

Mas a Irmandade apoiou usando essa força jovem para seus próprios interesses.

Com certeza, por isso esses jovens se sentem frustrados diante de uma revolução sequestrada – um pouco a exemplo da Revolução no Irã, em 1979, que foi feita por todos os setores da sociedade, os *mujahedin*, trotskistas, liberais, as lideranças sindicais.

Para depois o Irã cair na mão dos aiatolás...

Foram massacrados, dizimados pelo governo que se firmou no poder e se radicalizou. E nesse meio-tempo teve a invasão do Irã pelo Iraque.

Dá para fazer um paralelo entre a Revolução Iraniana e o que está acontecendo agora?

De alguma forma, sim, mas a História não vai repetir-se, muito menos da mesma maneira. Desde 1979, passaram-se décadas e o mundo mudou muito rápido. Por exemplo, você não consegue mais esconder nada. Nem no Irã se consegue impedir o acesso à internet, há sempre maneiras de burlar. Eu estive lá em novembro, e não conseguia entrar do Face, a rede caía toda hora, eu buscava o site do meu banco para pagar uma conta e aparecia uma página, em farsi, com indicações de sites religiosos para visitar. Agora, é claro que, depois uma semana, os seus amigos te dão os quebra-filtros e você entra no Face ou em qualquer site. Então, é muito difícil se repetir o que se deu no Irã. Lá, eles dizimaram todas as esquerdas, todas as lideranças. Hoje a Irmandade não faria isso no Egito, não teria condições.

Mas há uma islamização quase que voluntária da sociedade. Eu estive no Egito uns anos atrás e as mulheres andavam de minissaia, roupas normais. Hoje, 99% das mulheres, embora não seja obrigatório, saem às ruas de cabeça coberta, com roupas compridas. Sob um calor de 40 graus, você se sente até constrangida de usar vestido curto de alcinha. Há essa tendência rumo ao islamismo e o descontentamento de uma parte menor da população lutando por uma sociedade secular, com direitos iguais entre homens e mulheres. Estão vendo um retrocesso e lutando para que isso não se torne lei, não vire uma *sharia*, não entre na Constituição do país, como é no Irã.

Qual a razão dessa islamização?

O Egito é extremamente pobre, miserável, sem infraestrutura, está desmantelado, falido, à beira do caos. Quando eu estive lá antes da eleição do Mohamed Mursi, já se via a ausência de Estado. Nessas horas, é muito fácil para um governo religioso manipular a grande massa da população. Isso explica boa parte dessa guinada. Por outro lado, precisam de investimento estrangeiro. Desesperadamente. Sem investimento estrangeiro e sem atrair turistas, eles não conseguem começar a se levantar.

De onde poderia vir esse dinheiro? Das potências ocidentais ou de aliados no Oriente?

O Egito estava com uma conexão boa com o Irã, mas mesmo o Irã se encontra em um estado muito frágil e crítico. Também estive lá, e dá para sentir o estrago das sanções econômicas que estão afetando a população civil. Não sei se isso ajudaria a mudar alguma coisa – no caso do Irã não seria derrubar o governo, mas, sim, mudar o sistema de forma radical. O sistema político do Irã é *sui generis*. É um sistema religioso, tem o conselho dos guardiões, tem o aiatolá que comanda o país, embora haja o presidente. Com as sanções, não existe reposição de peças de avião, então é um perigo pegar um voo das companhias internas, faltam vários medicamentos e os preços de todas as mercadorias aumentaram muito. Sanção é o seguinte: é claro que se vende para o país, mas a um preço muito mais alto. Essa é a hipocrisia da sanção: não se deixa de vender, e quem paga o pato é a população civil.

Estive conversando com o ministro da Economia do Irã e ele

O momento de crise é quando a religião encontra solo fértil para deitar raízes

falou que queria ampliar as relações comerciais com o Brasil, que exporta muita carne para lá, especialmente a carne *halal*, produzida de acordo com os princípios islâmicos. O próprio embaixador brasileiro disse que o número de bancos que aceitam fazer transações com o Irã tem diminuído cada vez mais.

Voltando à questão da democracia, o que o Oriente deveria buscar é uma democracia a seu modo, e não como o Ocidente a concebe?

O nome talvez nem seja democracia, mas um sistema que respeite os direitos humanos, que de alguma forma dê voz às mulheres. No Egito, tem a questão das mutilações genitais, que não é uma tradição islâmica, e, sim, tribal, mas acabou permanecendo e afeta grande parte da população feminina – e que o regime do Mubarak estava tentando erradicar, inclusive por meio da esposa dele. Essa mutilação teria de ser proibida na Constituição, mas, com essa questão religiosa, fica mais complicado. E o que é a religião? Um sistema de conduta, de moral, de valores. Os livros sagrados, no fundo, são um grande compêndio de conduta moral, sexual, para tentar ordenar e disciplinar o povo. Como no caso do Alcorão, que tentou unificar as tribos árabes bárbaras, incivilizadas e inimigas entre si para dar a elas um norte, para permitir o convívio, o entendimento e o enriquecimento como sociedade.

Quando as normas são de um Estado que não é laico, e, sim, religioso, é mais complicado, porque você tem aquele lado intangível, inefável, que é Deus. Deus mandou. Você chega no limite da argumentação, o que favorece a manipulação, porque em nome de Deus você faz qualquer coisa, de acordo com seus objetivos políticos e econômicos. É mais complexo o desenvolvimento de uma democracia dentro desse caldo de cultura religioso. O momento de crise, de desespero, é quando a religião encontra solo fértil para deitar raízes.

O ideal seria haver um Estado laico, separado da religião, como aqui? Por outro lado não cabe a nós dizer o que eles deveriam fazer...

O conhecimento, a educação e a informação seriam os antídotos, não contra a religião, mas contra imposições avessas aos desejos da maioria da população. É extremamente complexo querermos julgá-los com os nossos valores, mas também não temos outra maneira de fazer isso. De que maneira podemos olhar sem ser através dos nossos olhos?

A melhor coisa seria o Ocidente exercer a menor ingerência possível sobre o Oriente? Por outro lado, no caso de crimes contra a humanidade, o Ocidente não estaria sendo omissivo?

É um pouco como na Bósnia, onde houve um verdadeiro genocídio, e o dito Ocidente demorou para interferir, para parar aquela sangria. É o caso da Síria hoje: é legítimo enviar armas? Na minha opinião, seria legítimo enviar brigadas internacionais como aconteceu na Guerra Civil Espanhola. Organizações sindicais, estudantes, trabalhadores, criariam exércitos populares para dar o apoio.

Mas o apoio a quem? Aos rebeldes? Entre os rebeldes tem a Irmandade Muçulmana, a Al-Qaeda.

Pois é, é complicado. Existe, claro, uma liderança que batalha

por uma democracia laica, mas neste momento não é majoritária na Síria, porque os rebeldes estão bastante fragmentados. E o Hezbollah apoia o Bashar Assad. Eu mandaria apoio para gente de confiança que mantém os ideais originais da revolução.

Tecnicamente, a Primavera Árabe acabou. A Wikipedia data o começo em 2010 e o fim em 2012. Como podemos historicamente classificar e entender o que se vive hoje?

As mídias sociais deram a ilusão de que os processos são muito rápidos, porque se deram assim, quase do dia pra noite. Começou com a troca de informações no Facebook conclamando as pessoas, acreditando-se que 3 mil iriam para as ruas. Mas foram 500 mil, 1 milhão, 2 milhões reunidos na Praça Tahir. Isso dá a impressão de que as revoluções, de que esses processos todos se dão em um prazo muito curto e a gente quer respostas também rápidas. Perguntaram uma vez ao Mao Tsé-tung qual tinha sido o impacto da Revolução Francesa na sociedade e no mundo, e ele respondeu que ainda era muito cedo para dizer. Os jovens que depuseram Mubarak e querem usufruir de uma sociedade mais justa, com empregos, eles têm pressa. Só que a História é de longo prazo, ela tem o seu tempo, que não é nosso tempo, que muitas vezes não é o tempo de uma vida. Apesar dessa impressão causada pelas mídias sociais.

É relativamente fácil demolir uma estrutura, mas, para erguer outra, é muito mais lento e complicado e começa-se a lidar com uma “democracia” que não existia antes, com várias vezes querendo discutir e postular. É um aprendizado longo começar a dialogar. Antes, não existia diálogo, existia voto. Em Paris, eu encontrei uma tunisiana que falou: “Não aguento mais, agora lá (*na Tunísia*) todo mundo tem opinião, todo mundo tem direitos, todo mundo sabe tudo, o vizinho quer uma coisa, o outro quer outra”. Eu respondi a ela: “Sinto muito dizer, mas isso é democracia...” (*risos*) Depois de tanto tempo calado, há uma euforia, tudo o que estava engasgado as pessoas querem pôr pra fora. Então, tem essa perturbação.

Eu não diria que agora é o Outono ou o Inverno Árabe. A Primavera foi aquela eclosão, como a primavera é, a vida explode, houve essa ânsia por liberdade e mudança, com conquistas muito importantes, a gente não pode desprezar isso porque simplesmente a Primavera Árabe acabou. A Primavera como tal – aquele primeiro momento – fechou um ciclo. Só que outros ciclos se abrem. Ela tem uma importância imensa, derrubou uma ditadura sanguinária como a do Mubarak, derrubou o ditador na Tunísia; na Síria estão lutando, a Síria está sangrando em um processo muito doloroso. Acabou, sim, aquele primeiro ciclo, como a primavera termina. Não quer dizer que o processo terminou e nada mais vai acontecer. Agora são buscas por acomodações possíveis das forças internas, em disputa pelo poder *vis-à-vis* à pressão dos países externos, de cujos investimentos eles precisam desesperadamente.

Essa necessidade de recursos pode ditar o caminho daqui para a frente?

Com certeza, não tanto no Irã, por enquanto, pois é um país que ainda tem reservas. Mas outros países árabes, com o Egito à frente, vão precisar acatar algumas imposições estrangeiras – ao mesmo tempo que os investimentos são parcos, por conta da crise econômica global.

Eu mandaria apoio a quem mantém os ideais da revolução

Com a Primavera, podemos dizer que se acirrou a dualidade islamismo “americanofóbico” e Ocidente, uma que vez as potências ocidentais apoiam a luta pela chamada democracia?

Não. A Primavera acabou dando maior visibilidade ao que já existia. Até no Irã a população tem uma relação de amor e ódio em relação aos Estados Unidos, porque admiram algumas conquistas. O próprio governo iraniano é ciente de que neste mundo globalizado não dá para viver por muito tempo ilhado. E as potências ocidentais têm de reconhecer que não podem mais ter aquele papel de imposição e arrogância que tinham no passado, mesmo porque o capitalismo está passando por uma crise profunda e elas não têm mais o poderio. Veja a Europa, está esfacelada. Este é um momento muito rico, porque essa profunda crise do capitalismo de um lado e de outro os desdobramentos do que foi a Primavera Árabe são oportunidades de renovar isso tudo, de achar novas maneiras de se relacionar econômica e geopoliticamente.

O que a motivou a se aprofundar no estudo do Oriente Médio?

Não sou uma especialista, mas venho estudando a questão. Sempre achei que o papel do intelectual, do escritor, é construir pontes. E quando tive os primeiros contatos com esse mundo do Oriente, ao ser convidada para um festival de cinema em Teerã, fiquei encantada. Porque vi que era completamente diferente do que eu ouvia falar, daqueles estereótipos, preconceitos. Vi pessoas muito acolhedoras, simpáticas, querendo fazer contatos. E entendo que as pontes que são mais frágeis são aquelas entre o dito Ocidente e o Oriente. Porque hoje você não entende o mundo sem tentar compreender o que se passa nesse Oriente Médio e no Irã.

Essa tatuagem que a senhora tem no pulso significa o quê?

Está escrito *ashk*. Significa “paixão”, em farsi. Em árabe, usam a mesma palavra.

Em *Orientalismo*, Edward Said demonstrou como a ideia de Oriente é uma construção do Ocidente, feita à sua imagem, criando estereótipos conforme seus próprios interesses políticos, de dominação e ideia de superioridade. Mas, ao mostrar o que o Oriente não é, pergunto se Said chegou a dizer o que aquela região é. Na sua visão, o que é, afinal, essa região que chamamos de Oriente?

Você não consegue definir o Oriente sem cair nessa construção orientalista. É um pouco aquela questão: o corpo está em repouso ou em movimento a depender do referencial. E o referencial é sempre eurocêntrico. Primeiro, quem sou eu para definir o Orien-

te? É impossível. Segundo, se for definir, vou fazê-lo de acordo com os meus valores e tradições culturais, então estarei, no fundo, inscrevendo a tese do Said.

O próprio nome Oriente foi criado em oposição ao Ocidente. Você dá um nome para uma região e ressalta as características que são mais úteis para poder manipulá-la, como o exotismo, a barbárie. Isso vai se opor a uma civilização protestante, regrada, bem-sucedida. Nem é preconceituoso: acho que não se sustenta. Quem disse que aquela coisa do bazar, de as pessoas barganharem, gritarem, não seja uma maneira mais *efetiva e afetiva* de comércio? Em contraposição a um supermercado em que tudo já está com preço e você não pode conversar com ninguém. Não dá pra chegar no caixa de supermercado e barganhar, perguntar o quanto se quer por isso, e transformar a compra em uma relação mais pessoal.

Até para entender a origem, de onde veio aquilo, como foi produzido.

Exatamente. As lojas, os shopping centers tiram toda a atmosfera e as cores das ruas, e criam um ambiente artificial, com ar condicionado, sem a luz do dia, algo voltado totalmente para o consumo. Acho perverso. E isso é entendido como mais civilizado, mais asséptico, mais higiênico. O Ocidente gaba-se dessa higienização, mas esquece que está perdendo vários outros aspectos mais ricos. E por outro lado a sociedade islâmica é extremamente limpa, você precisa fazer a ablução, ou seja, lavar-se para entrar na mesquita.

Então, o Oriente não é para ser definido. É como o mapa-múndi invertido, com o Hemisfério Sul na parte de cima, é preciso mudar os referenciais, é um pouco a questão da proa e praia. A gente tem a visão da proa, vendo os índios na praia, mas e qual é a visão dos índios vendo os brancos na proa?

A resposta, então, seria termos uma visão mais multicêntrica, com vários pontos de vista?

Isso, como os rizomas da rede em que a gente vive hoje, muito mais democrática e interligada. O Oriente está ligado ao Ocidente e vice-versa, mesmo porque, para o Ocidente se chamar assim, ele precisa do Oriente, do contraponto. Por isso falo do “Ocidente”, entre aspas, pois também é uma criação. Primeiro você precisa se autodenominar para, depois, contrapor-se ao outro, o desconhecido do qual você tem medo e quer encapsular dentro de um aparato de normas. Ao empacotá-lo, ele se torna reconhecível e, portanto, menos amedrontador. Mas aí tem vários erros, pois dar rótulo não significa que aquilo vai se transformar no que você nomeou. E esses

países todos são muito diversos entre si. Dizer “Oriente Médio” é muito empobrecedor, pois os países são muito diferentes entre si, com histórias diversas, veja, por exemplo, as diferenças entre Irã e Dubai.

O temor está muito presente hoje em relação a essa radicalização do islamismo. O dito Ocidente está apreensivo, porque apoiou (*as revoltas*) quando viu que ditadores confiáveis iam cair de qualquer jeito. Ficava chato não apoiar a Praça Tahir. Mas aí emergem forças da sociedade que essas potências não estavam predizendo. Há um dinamismo muito grande ali, que é imprevisível.

A senhora admira a religião islâmica?

O Alcorão em si é um livro muito mais moderno e que confere muito mais direitos às mulheres. É um dos únicos livros sagrados que fala do direito ao sexo, ao desejo, ao prazer sexual, inclusive das mulheres. Fala do direito da mulher à propriedade e a cargos de mando. Ele é bem mais arejado e generoso que os outros livros religiosos.

Como a Bíblia?


Sim, até porque é bem mais recente, é de 600 d.C. E foi criado de forma mais específica, dizem que Maomé foi escrevendo o que o anjo Gabriel ia ditando, e foi pensado de forma muito mais concreta, com o intuito de dar ordenamento àquela Arábia tribal, sem rumo, de tribos que guerrevam entre si.

O terrorismo, o radicalismo e a perseguição às mulheres, no entanto, são fatos bem palpáveis no mundo islâmico. O que acontece no caminho entre os princípios originais da religião e a sua prática?

Existem vários livros escritos que vão interpretando o Alcorão. Fala-se muito do apedrejamento, mas, da maneira como está colocado originalmente no Alcorão, é algo muito mais para prevenir do que para punir. Para aplicar essa lei, é preciso de pelo menos três testemunhas que não tenham nenhum parentesco com os envolvidos e tenham presenciado a cena do adultério. Se, na nossa sociedade permissiva atual no Ocidente, o sexo é algo que se faz entre quatro paredes, imagina em uma sociedade mais vigiada. Então, é muito difícil comprovar o adultério segundo o Alcorão. Aplicar uma pena de apedrejamento, portanto, é praticamente impossível.

Agora, há todas as interpretações e manipulações. E voltando àquela história: com a crise, a pobreza, o desespero, as pessoas ficam mais suscetíveis a essas manipulações. Se hoje você aplicasse os preceitos do Velho Testamento da Bíblia, seria a pior das idades das trevas possível.

A gente vê pela reafirmação do novo papa contra o uso de anti-concepcional e caminha...

Na Igreja Católica, o sexo é só para procriar. Isso não existe no Alcorão. No Alcorão, se o homem não satisfizer a mulher sexualmente, ela tem o direito de pedir o divórcio. Isso é extremamente moderno, se você pensar na data em que foi escrito. Quando li algumas passagens, fiquei surpresa. Por isso que busco, dentro das minhas limitadas possibilidades, mais por intuição e vontade, construir essas pequenas pontes. Se as pessoas, em suas áreas, forem construindo essas pontes, o Oriente vai deixando de ser a ameaça do desconhecido. 

O Alcorão fala do direito das mulheres ao prazer sexual



Bolívia paulistana

FOTOS ANDRÉ RAMOS TEXTO LETICIA FREIRE

Longe das vitrines que revelam os frequentes escândalos sobre o uso do trabalho escravo nas cadeias produtivas do setor têxtil brasileiro existe uma praça, em São Paulo, onde outra Bolívia existe e resiste. Conhecida como Kantuta, fica no bairro do Pari o ponto de encontro dos bolivianos. Ali, eles se reúnem para passar o domingo entre familiares e amigos, reproduzindo os costumes de seu país. Há música, comida e comércio em uma atmosfera que chega a se confundir com ruas movimentadas de Cochabamba ou as intermitentes feiras de La Paz. Diante da concentração e da força expressiva da cultura andina pelas ruas do bairro, qualquer paulistano desavisado se impressiona, sente-se estrangeiro. Convidado a explorar esse pedaço da cidade, o “estrangeiro” sagaz é capaz de reconhecer, além da beleza andina, a fragilidade da ilegalidade e a voracidade do mercado, em que a responsabilidade social corporativa é mais *fashion* do que fato.





TERCEIRO ato

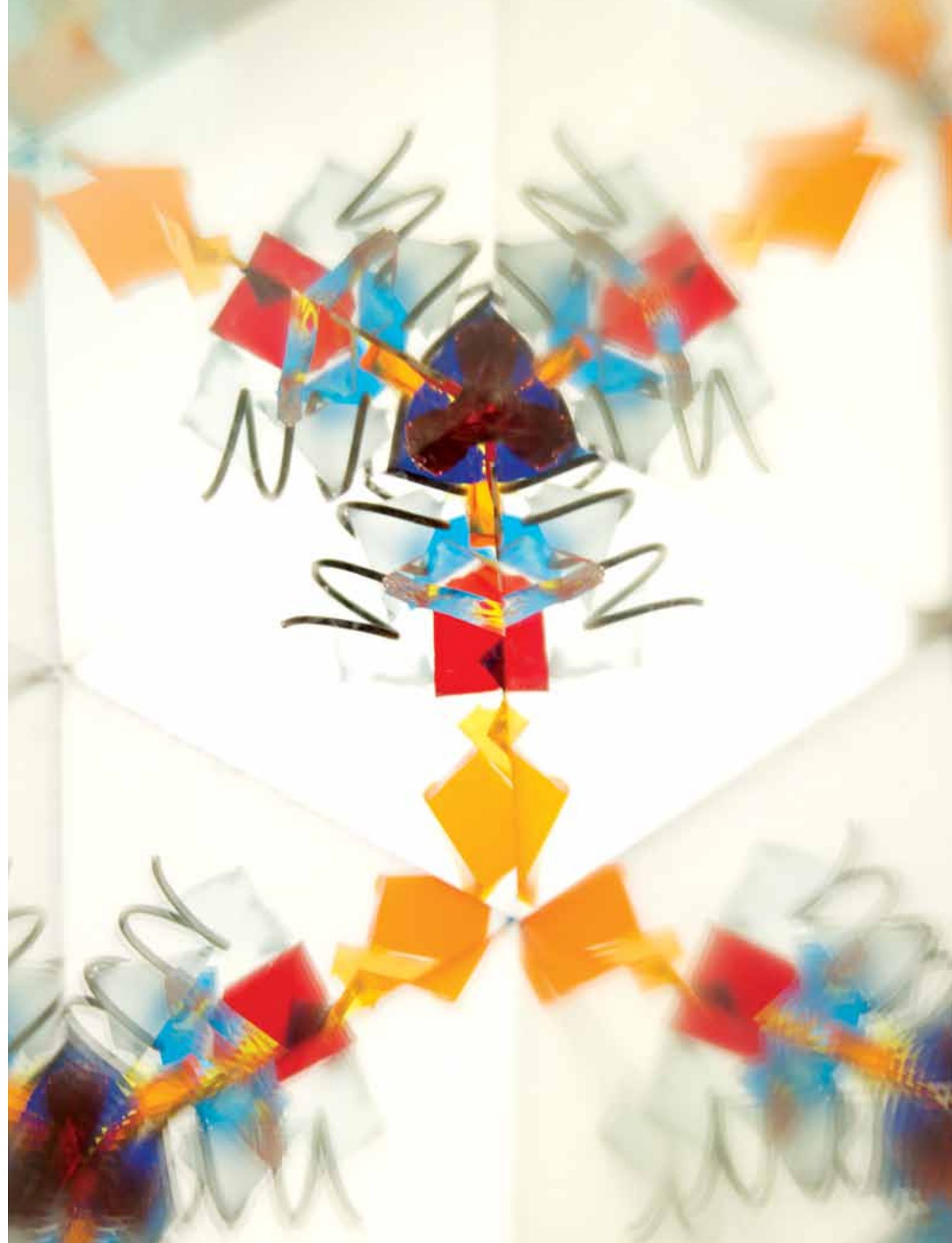
O investimento social privado (ISP), principal instrumento para financiar ações sociais, ainda procura o seu *locus*. Os questionamentos vão de governança à transparência, passando pela eficácia e pelo papel da empresa na sociedade

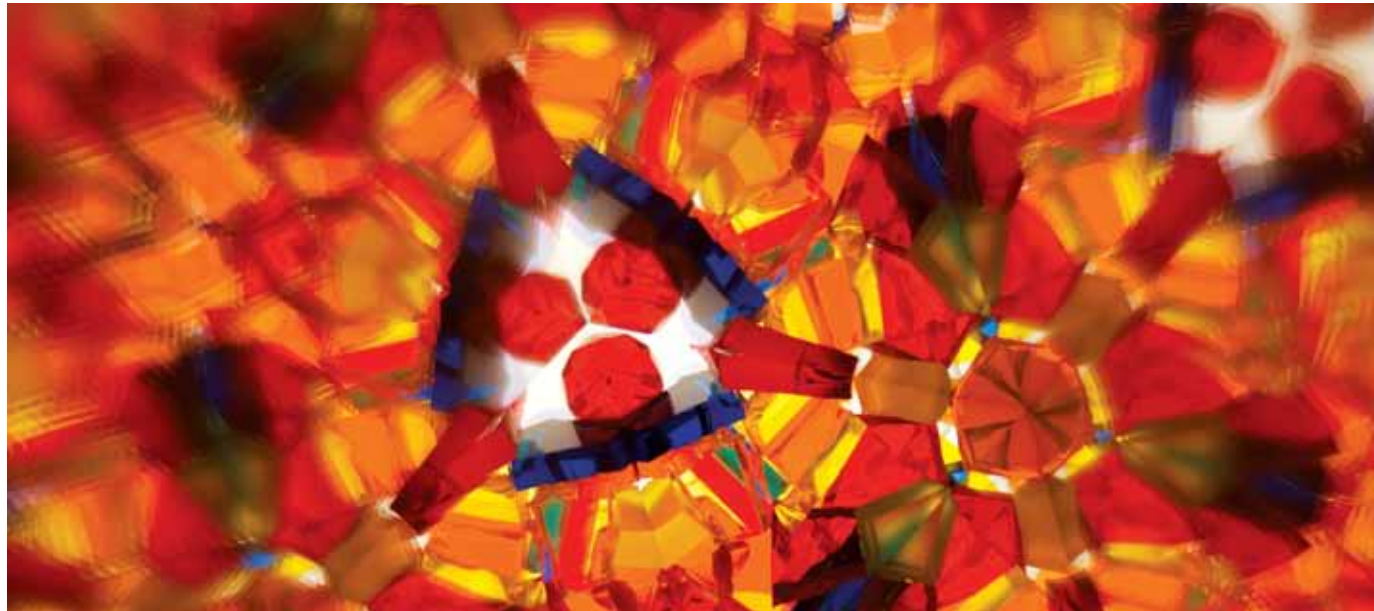
POR MAGALI CABRAL FOTOS AMANDA ABAD

A tese de que a responsabilidade social de uma empresa é dar lucro e pagar corretamente seus impostos para que o Estado cumpra o papel de agente social – formulada pelo principal teórico do neoliberalismo econômico da Escola de Chicago, Milton Friedman – chegou enfraquecida aos anos 1990. E abriu lugar para uma visão mais alinhada ao movimento da sustentabilidade: as grandes empresas são parte da sociedade civil e, portanto, parte também dos problemas e das soluções no campo social. Iniciaram-se, assim, dois grandes movimentos no

Brasil, cujos contornos por vezes se confundem: o da responsabilidade social empresarial (RSE), que atua na esfera dos impactos provocados pelo negócio, e o do investimento social privado (ISP), uma ressignificação da filantropia empresarial clássica que Friedman refutava e cujo modelo, ainda hoje desprovido de um marco legal, opera em uma zona cinzenta.

A maioria das grandes empresas reagiu ao novo momento, que demandava um caráter mais profissional às ações sociais, com a criação de institutos ou fundações empresariais para gerir o ISP. Os projetos sociais, ambien-





Doação de ativo feita a um grupo sem fins lucrativos ou instituição na forma de fundos de investimento ou outros bens com um propósito declarado no testamento do doador. Em geral, as doações são projetadas para manter o valor do ativo principal intacto durante a utilização do rendimento dos dividendos para ações sociais

tais e culturais de interesse público, financiados por meio de **endowments** ou por repasses voluntários periódicos de recursos privados, passaram a seguir um sistema de planejamento e monitoramento.

A justificativa para a segunda pessoa jurídica, sem fins de lucro, foi distanciar o braço social da empresa dos interesses do negócio. “Na década de 1990, a recomendação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) a esses agentes sociais era a de que o ISP se posicionasse o mais longe possível da área de marketing, de modo a não se deixar contaminar pelo interesse privado”, comenta o jornalista Fernando Rossetti. Ele é ex-secretário-geral do Gife – entre 2004 e fevereiro de 2013 – e membro do conselho da Worldwide Initiatives for Grantmaker Support (Wings), organização global que reúne associações de investidores sociais e instituições de apoio ao setor.

Ao longo dos anos 2000 houve uma reviravolta nesses princípios. À medida que os conceitos da sustentabilidade se fazem necessários nas cadeias produtivas das empresas, o interesse privado se alinha ao interesse público, como um fio contínuo. Por exemplo, a Nestlé passa a fazer projetos sociais ligados à educação alimentar, a Microsoft a trabalhar com inclusão digital e a PSA Peugeot-Citroën a financiar projetos de mobilidade urbana. A mitigação de impactos, portanto, confunde-se com as ações sociais. Na opinião de Rossetti, tais ações sociais, embora louváveis, ao se voltar para a competência da empresa, criaram um território de atuação misto, trazendo questionamentos como: afinal, essas ações sociais são para a sociedade ou para incrementar o negócio da empresa?

MOVIMENTO PENDULAR

Na definição concisa de Melissa Porto Pimentel, sócia-fundadora da Gestão Origami, empresa de consultoria na área de sustentabilidade, ISP significa “dinheiro privado com fim social”. Ela vê no modelo de operação dos ISP um movimento análogo ao de um pêndulo, que ainda não encontrou o seu *locus*. O ponto de partida foram as ações filantrópicas e caritativas ligadas à Igreja, que trabalhavam com doações erráticas para atender às demandas sociais mais imediatas, como creches e hospitais.

Quando o pêndulo atingiu a outra extremidade, a filantropia encontrava a profissionalização. As ações sociais passaram a ser gerenciadas com indicadores e cobrança de resultados [1], sempre mantendo distância do negócio, como a se prevenir de um eventual contágio pela lógica empresarial. O movimento pendular seguinte trouxe o ISP aos dias atuais, em que as ações sociais estão alinhadas ao negócio.

O censo de 2011-2012 do Gife, lançado em meados do mês passado, mostra uma curva de investimentos sociais ascendente de 2009 até 2012, quando os ISP atingiram R\$ 2,3 bilhões, volume 8% superior ao do ano anterior. Isso significa que as empresas estão aumentando sua responsabilidade sobre questões de interesse público e há mais benefícios chegando à sociedade. Porém, surgem novos conflitos. Existe uma série de incentivos fiscais para o setor sem fins lucrativos que pode estar sendo apropriada pelas empresas, ainda que involuntariamente, em decorrência desse alinhamento das ações sociais com o interesse privado. “É um dinheiro público servindo

As empresas aumentam sua responsabilidade sobre questões de interesse público e mais benefícios chegam à sociedade. Porém, surgem novos conflitos

ao mesmo tempo à empresa e à comunidade”, afirma Fernando Rossetti.

Existem outras lentes para tentar enxergar esse cenário. Do ponto de vista do gerente de pesquisa e desenvolvimento do Instituto Votorantim, Rafael Gioielli, há uma interpretação apaixonada e maniqueísta sobre os interesses públicos e privados nas questões sociais. Para ele, está superada a leitura de que, ao endereçar o ISP ao tema do negócio, a empresa subverte uma ação pura para “limpar a barra” do seu negócio. “Por que o interesse da empresa precisa ser necessariamente oposto ao interesse do bem social? Nada impede que esses interesses convirjam”, argumenta ele.

Quando o grupo Votorantim criou o seu instituto, em 2002, ainda prevalecia o princípio das causas sociais apartadas do negócio. Na época, buscou-se um diagnóstico social baseado nos valores da família Ermírio de Moraes, que apontou para a temática do desenvolvimento da juventude. Conforme o conceito de responsabilidade social ganhou corpo nas empresas, o Instituto Votorantim, acompanhando a tendência global, aproximou suas ações sociais dos negócios. “Com isso, a *expertise* do instituto e toda a sua capacidade foram mais bem aproveitadas”, afirma Gioielli.

No início da década passada, os quadros das empresas ainda não sabiam muito bem como incorporar às suas atribuições a demanda da mitigação dos impactos socioambientais provocados pelas atividades do negócio. Os institutos, por sua vez, já estavam presentes nas comunidades, trabalhando com capacitação de jovens, projetos de sustentabilidade etc. Ou seja, profissionais especializados na área social, capazes de fazer diagnósticos e análises sociais, de localizar gargalos, impactos, riscos e oportunidades estavam a um passo das empresas, atuando em suas próprias fundações ou institutos. “No nosso caso, além de ter mantido o projeto original de capacitação profissional, ainda agregamos uma nova ação social: a possibilidade de também oferecer emprego aos jovens que capacitamos”, explica Rafael Gioielli.

Trabalhar nessa linha também permitiu que o instituto sugerisse mudanças nas políticas de compras das empresas Votorantim para favorecer fornecedores locais. “Mexer na cadeia de suprimentos, de fato, não é gerir investimento social privado, mas é uma alavanca de desenvolvimento local que passou a estar presente no

GLOSSÁRIO

Primeiro Setor

É o Estado e o setor público, inclusive suas entidades (como autarquias). Exerce funções para a sociedade usando verba pública. Estabelece leis e acordos para a convivência em sociedade.

Segundo Setor

Formado por instituições privadas com fins lucrativos, como indústrias e comércio. Seu funcionamento está baseado na produção e consumo de bens e serviços.

Terceiro Setor

Composto de instituições privadas de finalidades não econômicas que realizam ações voltadas para o bem comum e para a solução de problemas, como ONGs, entidades filantrópicas, institutos e fundações. A verba provém de doações, prestação de serviços ou repasses do governo.

Setor 2,5

Conceito ainda desprovido de regulação no Brasil, engloba organizações com fins lucrativos (como no Segundo Setor) que almejam gerar impacto socioambiental positivo ou transformação social (como no Terceiro Setor). O lucro é parcial ou totalmente reinvestido no próprio negócio. É nesse setor que estão os chamados “negócios sociais” ou braços de negócios de ONGs.

Assistência social

Doutrina, sistema ou prática (individual, grupal ou estatal) de ajuda específica a membros necessitados de uma comunidade. Não há lucro ou contrapartida. Exemplos: a oferta gratuita de medicamentos e a criação de abrigos para crianças abandonadas.

Empresas B

Também chamadas de B corps (do inglês *benefit corporations*, ou “corporações com benefícios”). São as empresas sociais certificadas pelo Sistema B (na América Latina) ou B Lab (nos Estados Unidos e outros países), que investem em uma gestão mais igualitária e com menor impacto socioambiental, porém mantendo a concepção de lucro.

Filantropia

Palavra de origem grega, significa “amor ao ser humano”. É a ajuda desinteressada ao próximo – material, financeira ou por meio da prestação de algum serviço. Pode ser realizada por uma pessoa, mas geralmente é promovida por instituições filantrópicas e de caridade ou por empresas.

Fundação

Pessoa jurídica de direito privado ou público sem fins econômicos ou lucrativos, com atividades de interesse público. Tem criação, estatuto e fiscalização acompanhados pelo Ministério Público. É preciso um patrimônio inicial já aprovado. O fundador pode ser pessoa física, pessoa jurídica, o Estado ou partidos políticos.

Fundo da Infância e da Adolescência (FIA)

Em nível municipal, estadual e federal, capta e aplica recursos em ações voltadas para crianças e adolescentes. A principal fonte de recursos é a renúncia fiscal – pessoas físicas e jurídicas podem deduzir até 6% e 1%, respectivamente, do Imposto de Renda devido em doações ao fundo.

[1] A Fundação Itaú Social acaba de lançar a publicação *Avaliação Econômica de Projetos Sociais*, que traz métodos para avaliação de impacto e retorno econômico para aprimorar e reorientar políticas públicas e investimentos sociais privados. Acesse em bit.ly/105y77J

Se o objeto da fundação alinha-se ao da empresa

negócio”, diz o gestor. “O instituto identifica a oportunidade, ‘conversa’ com o negócio e introduz as mudanças. Tudo com muita agilidade”, descreve.

Acredita-se que este tenha sido o caminho trilhado pela maioria dos institutos e fundações empresariais que se voltaram para o negócio de suas mantenedoras. Todos enxergaram nessas entidades o potencial para, além de gerir o ISP, ajudar também no diagnóstico dos seus impactos sociais. E é difícil crer que uma grande empresa disposta a doar milhões em recursos financeiros para fins sociais o faça pensando apenas em obter eventuais vantagens fiscais. Mas o fato é que esses benefícios existem, por menores que sejam em relação ao volume de recursos privados injetados, e, *grosso modo*, é dinheiro público financiando também a mitigação dos impactos socioambientais provocados pela atividade empresarial privada.

“Se o ISP tem mesmo de estar alinhado ao negócio,

por que não incorporar toda a logística do instituto ou da fundação à própria empresa?”, sugere Melissa Pimentel. Seria uma forma, inclusive, de sanar a problemática dos recursos resultantes de isenções fiscais misturados aos interesses privados. O questionamento de Melissa é, na realidade, uma provocação para enriquecer o debate, uma vez que ela própria não é favorável à ideia de incorporar ações sociais à estrutura empresarial. E justifica: “Quando o empresário constitui a fundação e faz o aporte financeiro (*endowment*), esses recursos nunca mais poderão voltar a mãos privadas”. A irreversibilidade da decisão pela ação social torna o ISP mais consistente. Não fosse isso, durante as crises, como a de 2008, as empresas poderiam simplesmente cortar os orçamentos dos projetos sociais. Aliás, muitas fizeram isso. Na curva projetada pelo Gife, entre 2008 e 2009, houve uma redução de 5% nos investimentos sociais, interrompendo a trajetória de anos de crescimento, retomada no ano seguinte.

Segundo Melissa, as perguntas do momento são: “Onde se deve originar a ação social?” “Quem deve gerenciá-la?” “De que maneira ela deve se conectar com as demandas socioambientais e com as demandas do negócio?” A consultora assinala que as respostas vão variar conforme o perfil da empresa. “Os impactos socioambientais de uma mineradora são muito diferentes dos impactos de um banco de investimentos”, diz. Para o banco é bem mais simples manter projetos sociais apartados do seu *core business* do que para a mineradora.

Enfim, quando as respostas a esses questionamentos estiverem postas, o pêndulo seguramente terá feito o seu terceiro reposicionamento. São reflexões que, em sua opinião, precisam de um prazo de maturação e de adaptação. “Houve um tempo em que era normal na sociedade a ausência de direitos trabalhistas. Isso teve que ser construído. Até que fosse incorporado levou tempo. Hoje não se imagina mais o País sem leis trabalhistas.”

MARCO LEGAL

O ISP possui um conjunto regulatório de isenções fiscais que, na avaliação do advogado Eduardo Szazi, especializado em soluções jurídicas para o Terceiro Setor, é até extenso, mas suas leis não foram pensadas de forma articulada. “Elas são autônomas entre si e às vezes conflitantes”, explica. Existe atualmente um grupo de trabalho composto por representantes de organizações da sociedade civil e do governo, elaborando propostas para modificar a forma dos financiamentos que o governo oferece às entidades sem fins lucrativos. “A nova legislação deve tornar mais rigorosa a seleção das entidades sem fins

mantenedora, por que não incorporá-lo ao próprio *business*?

lucrativos, que receberão financiamentos, e aumentar o controle sobre o gasto do dinheiro federal.”

O advogado informou também que o governo anunciou no mês passado a intenção de realizar um evento em Brasília, em outubro, para apresentar as propostas para a reformulação do marco legal do Terceiro Setor. Entre os temas a ser tratados estão incentivos fiscais para organizações sem fins de lucro, empreendedorismo social, cooperação internacional, fomento da cultura de doação e simplificação burocrática no relacionamento do Terceiro Setor com o Estado.

A falta de um conjunto harmônico de legislações pode ser a explicação para uma recente distorção nos métodos de operação de alguns institutos e fundações. Fernando Rossetti relata que, durante os últimos anos em que permaneceu à frente do Gife, viu surgirem fundações com prazo estabelecido para alcançar a sustentabilidade financeira. Ao ser criada, a Fundação Abrinq mantinha-se com recursos da Abrinq, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos. A partir de um determinado momento, passou a ter de captar recursos no mercado. Ou seja, a Fundação Abrinq tornou-se uma espécie de híbrido, situada entre fundação, que opera ISP, e ONG, que capta recursos e os opera.

“A lógica do negócio social é a empresa desembolsar recursos como uma contribuição social à sociedade”, explica Rossetti. Nos países anglo-saxões, a legislação deixa bem claro que, se a empresa quiser fazer o bem, tem de pôr dinheiro do próprio bolso. Caso da Fundação Bradesco, cujas ações que detém no banco Bradesco lhe rendem R\$ 250 milhões ao ano, que são operados por ela própria. Ou da Fundação Ford, que mantém suas ações sociais a partir de um *endowment* de US\$ 15 bilhões, do qual são sacadas parcelas anuais de 5% a 6% ao ano e revertidas para ONGs mundo afora. Ou do Instituto Votorantim, que opera recursos próprios injetados mensalmente pelo grupo Votorantim.

O Gife entende que todos esses exemplos são de investidores sociais privados. No entanto, de acordo com Rossetti, preocupa o fato de estar crescendo o número de institutos e fundações com perfil semelhante ao da Fundação Abrinq. Sem entrar no mérito da qualidade dos trabalhos realizados, essas organizações captam recursos de uma porção de indivíduos e fazem o bem com o dinheiro dessas pessoas. Ou seja, aproveitam-se de uma rede de relacionamentos para fazer investimento social. “Isso é bem diferente de uma empresa que põe dinheiro regularmente em ações sociais. De novo, é a zona cinzenta prevalecendo ao preto no branco”, alfineta Rossetti.

Instituto

É nome fantasia para **Associação Civil sem Fins de Lucro**. Pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos ou lucrativos, com registro e administração mais simples que as fundações. É formada por um grupo que se organiza livremente em prol de um objetivo (cultural, social, religioso etc.), e pode ou não ter patrimônio inicial. O resultado é revertido para os objetivos estatutários.

Investimento Social Privado (ISP)

É o uso planejado, voluntário e monitorado – o que o diferencia da filantropia tradicional – dos recursos privados em projetos de interesse público. Pode ser feito por indivíduos, famílias, empresas, associações civis sem fins de lucro e fundações empresariais.

Lei de Incentivo ao Esporte (LIE)

Estimula investimentos em esportes por meio de renúncia fiscal. Pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real podem descontar até 1% sobre o Imposto de Renda. Os projetos devem ser previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

Lei Rouanet

Em vigor desde 1991, é a lei de incentivo à cultura baseada em mecanismos de renúncia fiscal. Empresas podem aplicar até 4% do Imposto de Renda em projetos culturais e pessoas físicas, 6%.

Marco Regulatório do Terceiro Setor

Há 20 anos, entidades sem fins lucrativos reivindicam uma regulamentação específica, que trate, além das atividades inerentes ao setor, da criação de incentivos fiscais para os doadores. A Plataforma por um Novo Marco Regulatório, composta por representantes das entidades, discute a aprovação diretamente com o governo.

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)

Título que uma associação pode requerer junto ao Ministério da Justiça para ter mais deveres e direitos, como o de firmar termos de parceria com o poder público e remunerar diretores com parâmetros salariais do mercado.

Organização Não Governamental (ONG)

Apesar de ser um termo muito disseminado para designar as organizações do Terceiro Setor, não existe juridicamente, é apenas um nome fantasia. O que existe são associações ou fundações.

Organização Social (OS)

Qualificação concedida pelo Poder Executivo para fomentar entidades privadas sem fins lucrativos nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, meio ambiente, cultura e saúde. Pode ser responsável por ações desempenhadas pelo governo. Metade do conselho administrativo é composta por representantes do Poder Público e membros da comunidade.

Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

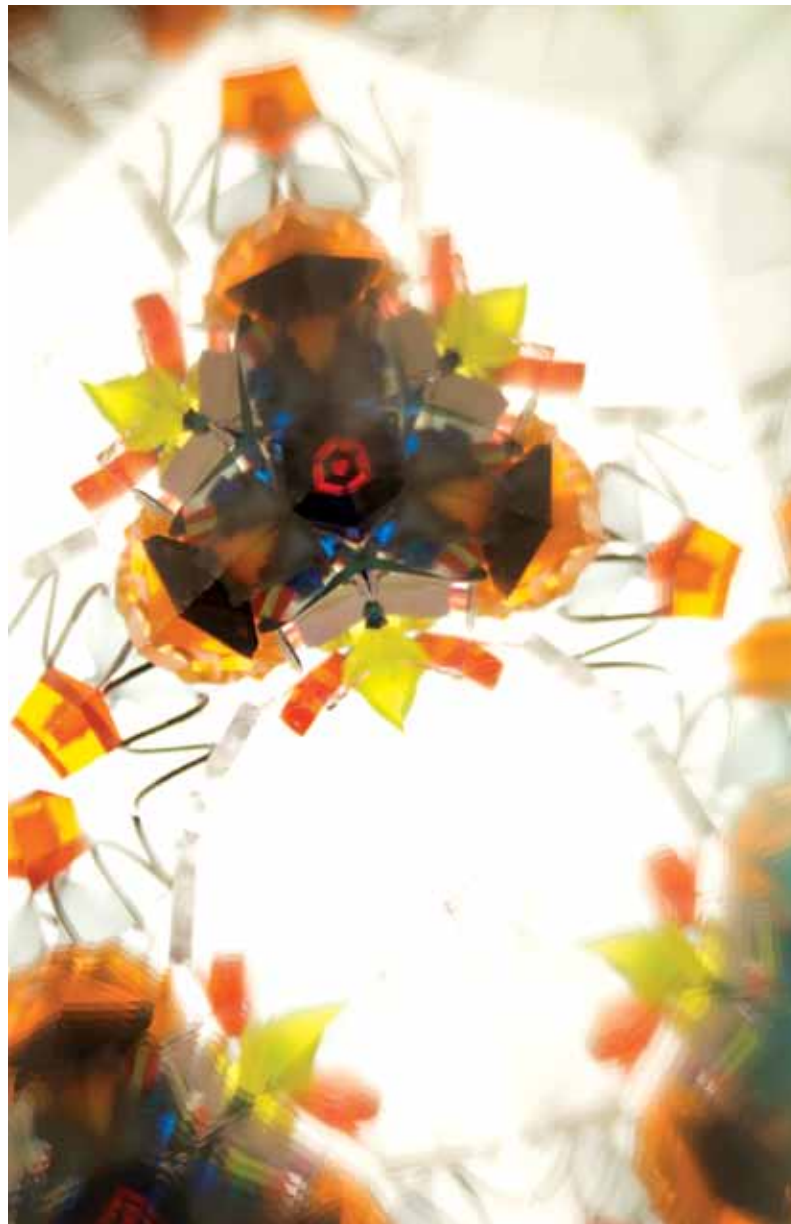
Forma de gestão empresarial com ética e transparência, com metas que devem impulsionar o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Sustentabilidade corporativa

Conjunto de estratégias para estimular o posicionamento sustentável e transparente das empresas nos campos social, econômico, ambiental e ético.

Elaboração: PÁGINA22, sob coordenação de Thaís Herrero





Enquanto o ISP atua como um apêndice do Estado, temas polêmicos são desprezados

seguinte ordem: educação, capacitação profissional, cultura e artes, desenvolvimento comunitário, apoio à gestão no Terceiro Setor, geração de trabalho e renda, meio ambiente etc. A preferência por temas pode variar por ocasião das efemérides, como Rio+20 (meio ambiente), Copa do Mundo e Olimpíadas (esportes). O mais recente censo do Gife já começou a registrar aumento expressivo nos investimentos na área de esportes.

O censo acusa um crescimento expressivo também na área de desenvolvimento comunitário, retratando o movimento do ISP na direção das comunidades situadas no entorno das fábricas localizadas em periferias das grandes cidades ou em comunidades distantes dos grandes centros econômicos, onde a capilaridade do Estado é mais precária. Rossetti lamenta que, enquanto o ISP atua como um apêndice do Estado, temas controversos de grande relevância, ou ‘temas malditos’, como prefere, são desprezados.

No entanto, o Gife promete colocar essa discussão em pauta, isto é, pretende mediar o debate sobre o fato de a aproximação do ISP com os projetos de mudança social estar tirando de cena ONGs que traziam propostas de discussões políticas e que se financiavam com esses recursos. “Esse é um ponto para refletir que eu acho muito interessante e oportuno”, reforça o gestor do Instituto Votorantim. “Será que parte dos recursos do ISP não deveria ser reservada para financiar organizações que promovem debates sobre bandeiras políticas na sociedade?”, pergunta Gioielli.

Tantas perguntas sem respostas podem indicar que o setor ainda busca uma definição de papéis. “Estamos tratando de uma nova fronteira da humanidade”, reflete Rossetti, lembrando que na Europa, depois da crise econômica de 2008, os Estados começaram a se reapropriar do seu papel de gestor da economia e do público. Atualmente se discute no Reino Unido uma redução importante dos incentivos fiscais ao setor privado. Na América Latina, desenrola-se um movimento ideológico que pretende tornar o papel do Estado mais hegemônico na sociedade.

“Estamos todos tateando ainda sobre quem cuida do espaço público e qual é a responsabilidade do Estado, das empresas e das organizações da sociedade civil”, conclui o jornalista. De fato, em todas as questões abordadas, ficou a impressão de obra inacabada, à espera do próximo ato. □

PERFIL DAS AÇÕES SOCIAIS

Na perspectiva das empresas, o investimento social ajuda a construir reputação, o que agrega valor à marca. Diante da hipercompetitividade atual dos mercados globais, a iniciativa pode fazer a diferença na percepção que o consumidor tem entre um produto e outro. Como se trata de trabalhar reputação, as empresas, ao direcionar seus investimentos sociais, costumam fugir dos temas sociais mais polêmicos, como reforma agrária, direitos humanos, questões de gênero ou de raça-etnia (cotas). Na busca de uma zona de conforto, em que prevalece o consenso, os empresários brasileiros têm optado por causas sociais na

[COLUNA]

Filantropia de resultados | Com mentalidade de empresário, mais da metade dos doadores espera que seu investimento social tenha retorno significativo em um prazo de 10 anos

POR REGINA SCHARF*

Os americanos são generosos – doam quase **US\$ 300 bilhões anuais** – e entendem que a filantropia é uma missão pessoal, uma espécie de via de diálogo entre o capitalista e a sociedade. Quem doa é a pessoa física, não a jurídica. Tanto é que, de cada US\$ 100 doados, apenas US\$ 5 provêm de empresas.

Segundo a última edição do *Giving USA*, o maior mapeamento da filantropia praticada no país, 73% das doações de 2011 – o que equivale a US\$ 217,8 bilhões – foram feitas em vida e US\$ 24,4 bilhões, legados em testamento. Outros US\$ 41,7 bilhões vieram de fundações, geralmente mantidas por famílias; enquanto outros US\$ 14,6 bilhões vieram de empresas.

“Meus pais eram ricos, mas perderam tudo quando (Fidel) Castro tomou o poder em Cuba”, conta Jorge Perez, um grande incorporador da Flórida. “Eles sempre acharam que as pessoas com dinheiro precisavam redistribuir a riqueza para evitar revoluções.”

O sentimento é compartilhado por Stephen Ross, um bilionário do mercado imobiliário de Nova York. “Eu fui criado com a ideia de que é importante devolver à sociedade e não considerar nada como direito adquirido.” Ele planeja deixar mais da metade da sua herança para uma fundação. Ambos foram ouvidos pela revista *Forbes*, que fez uma pesquisa global de comportamento com 264 indivíduos que doaram ao menos US\$ 1 milhão.

Curiosamente, a despeito de todo esse engajamento emocional, os grandes filantropos se inspiram, cada vez mais, na racionalidade e nos métodos do setor privado. Bill Gates, doador de quantias mirabolantes, sintetiza esse espírito no conceito de “filantropia catalisadora” – a participação ativa do filantropo, que utiliza ferramentas do capitalismo para criar mercados para inovações que tenham efetivo impacto social. No caso de Gates, inovações como uma vacina contra a malária ou vasos sanitários que dispensem o uso de água ou energia. “Eu acredito no poder que o capitalismo tem



de melhorar vidas”, escreveu recentemente.

“Quando se permite que o livre mercado atue, ele é ágil e criativo. Ele pode atender as demandas do planeta e desempenhar um papel central na elevação da qualidade de vida.”

Os grandes beneméritos americanos do início do século passado, como John D. Rockefeller e Andrew Carnegie, não pensavam nesses termos. Eles atiravam para todos os lados, pulverizando suas

doações entre organizações locais, geralmente bibliotecas, museus e universidades. Depois, descerravam um monte de placas e torciam para que seus legados ficassem para a posteridade. Isso mudou drasticamente. Os bilionários atuais entendem, como Gates, que a filantropia é um investimento. Esses doadores pensam como empresários, monitoram resultados como acionistas e se associam como uma entidade de classe.

Para começar, cerca de 40% dos filantropos ouvidos pela *Forbes*, alguns na China, na Índia e até no Brasil, indicaram que mantêm parcerias com empresas – mas só 28% trabalham com não governamentais e 22% se associam ao governo.

Eles também dizem que querem resultados – e resultados rápidos. Mais da metade espera que seu investimento social tenha retorno significativo em um prazo de 10 anos. Por isso, monitoram de perto a evolução das iniciativas que patrocinam.

É o caso do empresário suíço Stephan Schmidheiny, da família que criou o grupo Eternit e um dos fundadores do

Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável e da Fundação Avina. “Desde o início, nossos projetos continham descrições detalhadas de objetivos, frequentemente com metas intermediárias, e dos métodos e recursos que levariam a eles”, declarou à *Forbes*. “E as metas eram medidas e demonstradas.”

Os grandes doadores também encaram seus legados como capital de risco – metade deles investe em projetos em suas fases iniciais, em vez de apoiar organizações tradicionais, já estabelecidas. Preferem cometer erros e aprender com eles, para ganhar eficiência a longo prazo.

Essas tendências apontadas pela *Forbes* foram confirmadas no início do ano por outra pesquisa, feita com 310 doadores americanos jovens, na faixa entre 20 e 40 anos. Eles são parte de uma geração dourada que herdará mais de US\$ 41 trilhões – 17 vezes o PIB brasileiro – e que doa ao menos US\$ 250 mil anuais (embora a metade dos que foram ouvidos para este estudo distribua mais de US\$ 1 milhão por ano).

Elaborada pelo Johnson Center for Philanthropy, da Grand Valley State University, em parceria com algumas ONGs, a pesquisa indica que essa nova geração insiste em participar ativamente da busca de soluções, pensa estrategicamente e dá preferência a organizações que atacam a raiz dos problemas, não apenas seus sintomas. Tem, enfim, massa crítica à altura de sua fortuna, e uma capacidade de transformação social sem precedentes, se bem direcionada.

* JORNALISTA ESPECIALIZADA EM MEIO AMBIENTE



O meu, o seu, O NOSSO

Por meio da renúncia fiscal, o setor público abre mão de arrecadar impostos para incentivar as empresas a investir no desenvolvimento de projetos das mais diversas áreas. Nada mais justo que a gestão desses recursos seja rigorosamente monitorada. Em meio a bons exemplos, sobram relatos de distorção e má aplicação do dinheiro

POR TATIANE KLEIN FOTOS AMANDA ABAD

Aline Tavella é uma jovem bibliotecária de muitas convicções. Preocupada com as políticas de incentivo à leitura e desenvolvimento de acervos, ela resolveu perseguir um problema novo, mas de alto impacto social: descobrir qual é a efetividade das leis de incentivo fiscal para as áreas de educação e cultura.

Seu objeto de pesquisa foi o Projeto Pró-Biblioteca, que consiste na distribuição de *kits* de livros a salas de leitura e bibliotecas escolares em todo o Brasil e tem o apoio da Lei Rouanet. Iniciativa da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, sediada em Porto Alegre, o Pró-Biblioteca existe desde 1998 e permite que empresas doem até 4% do Imposto de Renda devido para beneficiar bibliotecas escolares em qualquer região do Brasil, à sua escolha. Como efeito do mecenato, cada biblioteca apoiada deve receber um *kit* com 200 exemplares de livros de autores nacionais e internacionais importantes para os currículos dos ensinos Fundamental e Médio.

Mas o que teria tudo para ser um projeto de sucesso e alcance nacional, com apoio de grandes empresas, tem, segundo Aline, produzido distorções. O que a bibliotecária formada pela USP descobriu ao desenvolver sua monografia de conclusão de curso foi

um cenário de livros escolhidos sem a participação das comunidades a que se destinam nem qualquer tipo de acompanhamento local pela proponente. Analisando o impacto do Pró-Biblioteca em três escolas das cidades de Apiaí, no Vale do Ribeira (SP), e Campo Grande (MS), Aline chegou à conclusão de que o projeto funciona mais para promover o marketing cultural das empresas apoiadoras do que para transformar de fato as realidades escolares.

As críticas e questões levantadas por essa pesquisa não são novidade. Da centralização de verbas nos grandes centros à substituição dos papéis que deveriam ser desempenhados pelo próprio Estado, mecanismos como o da Lei Rouanet e da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) ainda deixam muitas dúvidas quanto a sua efetividade. E a movimentação nesse campo não para de acontecer: tanto para ampliar as áreas de aplicação de mecanismos de renúncia como para dirimir distorções.

Nos últimos 20 anos, desde a aprovação da Lei Rouanet, em 1991, as mudanças foram muitas nesse cenário. De 1993 a 2013, segundo dados do próprio Ministério da Cultura, o valor total das iniciativas apoiadas por meio de renúncia cresceu a olhos vistos [1]. Em 2007, as cifras de projetos apoiados passaram à casa do bilhão e,

[1] Os dados comparativos por ano podem ser acessados no Sistema SalicNet, do MinC (bit.ly/d9vz7L).

até 2012, somaram-se mais de R\$ 13 bilhões investidos em projetos culturais. Embora os números apontem claros avanços no investimento de recursos, não chegam a revelar as muitas contradições que subjazem a esse modelo. E as iniciativas, seguindo parâmetros parecidos, estendem-se a outras áreas de incentivo.

LÓGICA REPLICADA

No Esporte, assim como na Cultura, os valores são altos e se concentram nos grandes centros econômicos, avalia José Cruz, jornalista especializado na cobertura política e econômica da área esportiva. Segundo ele, dados do Ministério do Esporte de 2010 indicam que foram captados, por meio da LIE, R\$ 255,3 milhões entre 2007 e 2009, dos quais R\$ 108,2 milhões só no estado de São Paulo. O pódio dos estados que mais captaram no período é ocupado por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que concentraram mais de 85% dos recursos, enquanto **oito estados** nada captaram no período.

Editada por medida provisória em 2006 e fruto de uma demanda que data da década de 1990, a LIE nunca passou por uma avaliação de sua aplicação, nota Cruz, que vê o Ministério do Esporte omisso ao fiscalizar os projetos que aprova. O jornalista enumera casos que evidenciam a ausência de princípios em favor do desenvolvimento do esporte na aplicação da LIE.

“Recentemente, houve uma denúncia de que a Confederação de Tênis pagou com notas fiscais frias serviços para um torneio internacional em São Paulo. Há casos de patrocínios por meio da

São eles: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Pará e Roraima

No esporte, concentram-se recursos para projetos de alto rendimento, que dão retorno de mídia, em detrimento à iniciação esportiva ou ao desporto escolar

LIE para um piloto americano da Fórmula Nascar. Outro projeto que chamou atenção foi um torneio de golfe que pagou US\$ 500 mil de prêmio”, relata. E os absurdos parecem não ter limite, tendo em vista que, em 2009, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou projetos contemplados que nem mesmo tinham como objeto a prática esportiva.

Para Cruz, a origem dessas distorções encontra-se na ausência de uma política nacional para o esporte e na parca (ou nula) participação do Estado na governança desses recursos. “Repete-se na LIE o que ocorre com as demais fontes de recursos públicos para o esporte: a altíssima concentração de dinheiro em projetos de alto rendimento, justamente o que dá retorno de mídia, em detrimento de projetos para a base, para a iniciação, ou para o desporto escolar”, critica Cruz.

REFORMAS À VISTA

Em maio de 2012, aconteceu em São Paulo o I Seminário Procultura, apoiado pelo site Cultura e Mercado, com a finalidade de analisar um projeto de lei que, se aprovado e promulgado pela presidente da República, revogará a Lei Rouanet e muitos de seus problemas. O seminário, realizado pela Rede Cemec – Negócios Criativos e pelo site Cultura e Mercado, sob coordenação de Leonardo Brant, debateu a fundo o projeto de lei que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), em fase de tramitação na Câmara ([mais em bit.ly/16Y4vPc](http://bit.ly/16Y4vPc)).

Na ocasião, o PL nº 6.722/2010, cuja relatoria é do deputado Pedro Eugênio (PT-PE), logrou ser aprovado por unanimidade pelos participantes – representantes da sociedade civil e também do Ministério da Cultura. O Procultura deve determinar novos critérios para a escolha de projetos e proponente e alterar os percentuais de renúncia permitidos por lei às empresas – que passam dos atuais 4% para 6%.

Outro importante aporte trazido pelo Procultura é a proposta de destinação obrigatória de pelo menos 20% dos recursos da renúncia fiscal ao Fundo Nacional de Cultura (FNC), mecanismo que pode ajudar a melhorar a governança na aplicação desses recursos. Atualmente, eles são aplicados diretamente pelas empresas em propostas aprovadas pelo Ministério da Cultura – o que favorece ações de marketing cultural. O Procultura prevê ainda que no mínimo 10% do orçamento do Fundo Nacional de Cultura (FNC) sejam aplicados regionalmente e que um percentual de 30% seja destinado a fundos estaduais e municipais, como medida de descentralização.

A lógica de incentivar projetos por meio de doações a fundos já

é praticada no País e tem a vantagem de assegurar que os valores aplicados sejam geridos e administrados como recursos públicos, obedecendo aos princípios que regem o orçamento público (legalidade, impessoalidade e moralidade). Também é uma maneira de nortear sua aplicação consoante prioridades estabelecidas pelas políticas públicas e por meio de editais acessíveis ao público.

É o que acontece no Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) – previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 – e no Fundo Nacional do Idoso (FNI) – criado pelo Estatuto do Idoso, de 2010. Ambos são gerenciados por conselhos diretores em todo o País e replicados nas três esferas federativas (municipal, estadual e nacional). Tanto nas doações ao FIA quanto ao FNI, as empresas devem obedecer ao teto de 1% para abatimento no imposto, podendo – caso doarem a ambos os fundos – chegar a 2% de dedução. Se quiser doar a vários fundos, o empresário pode obter isoladamente até 1% de dedução no imposto por meio do FIA, do FNI e da Lei do Esporte, e até 4% investindo na área cultural – um total de até 7% de abatimento. O teto de 4% para a cultura soma os investimentos via Lei Rouanet, Lei do Audiovisual e Funcine.

Há de se atentar para o fato de que promover os fundos não necessariamente garante que o mecanismo de renúncia seja incorruptível. Um estudo do promotor de Justiça Murillo José Digiacomo, dá atenção à prática de “doações casadas”, em que os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), que gerem os FIAs, atuam definindo previamente quais entidades devem receber os recursos abatidos por meio de doações aos fundos. Segundo o estudo, a prática se popularizou com a proibição, na atual legislação fiscal, de doações diretas a entidades ditas filantrópicas.

Um exemplo de sucesso no uso de fundos alimentados por renúncia fiscal para a área cultural é o Fundo Municipal de Apoio à Produção Artística e Cultural de Porto Alegre (Fumproarte) (bit.ly/WW5JGo), que financia, há mais de 18 anos, até 80% do custo total de projetos artísticos na cidade. O fundo já foi duas vezes finalista do Prêmio Cultura Viva do MinC, justamente na categoria Gestão Pública.

Para o advogado Fábio de Sá Cesnik, autor do *Guia do Incentivo Cultural* – que já está em sua 3ª edição –, não se pode cair na tentação de apenas criticar os modelos de incentivo fiscal existentes no País e suas formas de gestão. É preciso dar atenção ao que essas políticas têm legado ao setor cultural. Cesnik lembra que as experiências positivas e de gestão exemplar de recursos são inúmeras, entre elas a do Instituto Baccarelli, que forma jovens músicos na comunidade de Heliópolis, na Zona Sul de São Paulo, e o Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga, no interior do Ceará ([mais na reportagem “Além da Imaginação”, publicada na edição 41](http://mais na reportagem 'Além da Imaginação', publicada na edição 41)).

“Há vários exemplos que têm estimulado o desenvolvimento regional no Brasil. As mudanças que estamos tendo na Rouanet – que precisam ocorrer também na lei do esporte –, sem dúvida nenhuma serão saudáveis para chegarmos a um cenário mais próximo do que vemos como vitorioso.” Em 25 de maio, novamente em São Paulo, será realizada a segunda edição do Seminário Procultura. A expectativa é a de que a sociedade civil como um todo consiga aprofundar o debate sobre a nova proposta de incentivo a projetos culturais, que, por ora, aguarda apenas o aval do Ministério da Fazenda para ser votado no Congresso.

IR Ecológico: regulamentação em aberto

Desde 2005 está em discussão no Congresso o Imposto de Renda Ecológico. Proposto pelo Senado Federal, o projeto é apoiado pela Ação pelo IR Ecológico, que congrega diversas organizações ambientalistas – como o WWF, a Fundação SOS Mata Atlântica e o Instituto Socioambiental. “Fizemos uma grande mobilização aqui em Brasília”, conta Mario Mantovani, da SOS Mata Atlântica. O ambientalista destaca que a proposta do IR Ecológico (IR-e), pronta para ser votada no plenário da Câmara, busca justamente se desvencilhar dos vícios das áreas cultural e esportiva.

O Projeto de Lei nº 5.974/2005, apresentado em acordo com as entidades que compõem o Grupo de Trabalho pelo IR-e e o Ministério do Meio Ambiente, já foi aprovado em todas as comissões da Câmara dos Deputados – mesmo com a resistência, conta Mantovani, do setor cultural, receoso da concorrência com uma nova área pelos recursos da renúncia fiscal.

Entre as iniciativas que poderão ser financiadas pelo IR-e estão preservação de rios, restauração florestal, recuperação de áreas degradadas e até o apoio a Unidades de Conservação. Para Mantovani, talvez este último seja o principal papel do IR-e. Ele lembra que a própria SOS Mata Atlântica tem desenvolvido projetos com o objetivo de aportar recursos para UCs, com forte adesão do empresariado. O que se quer garantir com a aprovação do PL é que esse tipo de iniciativa seja amparado por políticas públicas – voltadas para Unidades de Conservação menos conhecidas e visitadas.

A proposta prevê a aprovação dos projetos pelo Ministério do Meio Ambiente, à luz das prioridades e normas do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). O IR-e deve permitir às empresas deduzir até 4% do imposto e, do total arrecadado, 80% deve ser doado necessariamente ao FNMA ou a outros fundos ambientais públicos.

Está no cerne da proposta a ideia de ampliar e consolidar a rede de apoio ao meio ambiente na sociedade civil, já que, na opinião de Mantovani, os incentivos fiscais podem ajudar a aproximar empresas e cidadãos de áreas protegidas. Um manifesto em favor da aprovação do IR-e foi organizado pelo grupo de entidades que o apoiam, e pode ser assinado em bit.ly/ZYHhEo.



Em busca de uma receita própria

Enquanto empresas respondem por fatias crescentes no *funding* do Terceiro Setor, seus representantes almejam, no futuro Marco Regulatório, formas de alcançar a autonomia financeira para garantir robustez e maior liberdade de ação

POR JULIANA ARINI FOTOS AMANDA ABAD

A história da sociedade civil organizada nasce com as reivindicações coletivas em prol das questões humanitárias, como o voto feminino e a luta contra a escravidão no século XIX. Apesar da legitimidade de suas ações e propostas, muitas dessas entidades enfrentam um sério dilema financeiro para se manter atuantes. Por estar de fora das estruturas que fiscalizam – as empresas privadas e o Estado –, essas organizações acabam sem acesso às fontes tradicionais de financiamento. No Brasil, a situação é ainda mais crítica, visto que não existe uma cultura de doação individual, que poderia ser uma via importante de captação para as organizações não governamentais (ONGs). Grande parte das 338 mil entidades da sociedade civil organizada (fundações privadas e associações sem fins lucrativos) no País depende de projetos propostos ao governo e às empresas.

A sustentação econômica das ONGs é uma discussão que afeta inclusive a independência dessas instituições. As regras para lidar com o governo são claramente norteadas e fiscalizadas pelos Tribunais de Conta, e várias entidades têm sido denunciadas nas já conhecidas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Mas, com as empresas, a relação dessas instituições ainda é nebulosa. Como as ONGs podem garantir sua autonomia e trabalhar com liberdade na defesa de temas públicos quando seus recursos são bancados por interesses privados e direcionados por essa agenda?

Esse cenário também revela distorções, com recursos fatiados de forma bastante desigual. “A maioria das ONGs brasileiras (72%) ainda resiste praticamente sem recurso algum, apenas com trabalho voluntário, e as mais organizadas se mantêm com dinheiro público mediante a prestação de serviços ao governo. Mas os recursos de empresas (*públicas e privadas*) são hoje um importante complemento para a sustentabilidade financeira das ONGs”, afirma Vera Masagão Ribeiro, coordenadora-geral da Associação Brasileira de

Organizações Não Governamentais (Abong).

A parceria entre ONGs e empresas é um fenômeno que ganhou força nas duas últimas décadas. Entre as 243 entidades que integram a Abong, os números são bem expressivos. Em uma pesquisa de perfil da entidade, publicada em 1996, apenas 3% das associadas acessavam recursos de empresas, institutos e fundações. Em 2000, essa proporção passou para 32,65%, e, em 2007, subiu para 41,5%.

A redução nos recursos provenientes da cooperação internacional direcionados ao Brasil pode ser uma das causas do crescimento das fontes privadas de captação. Segundo Vera, houve dois movimentos distintos: primeiramente a desvalorização do dólar, no início da década de 1990, o que reduziu o valor total desses recursos, mesmo quando eles se mantinham constantes. Em seguida, a crise econômica de 2008, quando houve, de fato, uma redução das fontes internacionais que destinavam verbas às organizações sociais.

O crescimento econômico do Brasil e os programas de combate à pobreza, empreendidos pelo governo federal nos últimos 10 anos, também são apontados como razões da diminuição nos aportes externos às ONGs brasileiras. Com a melhoria nos indicadores sociais do Brasil, porção considerável dos recursos do exterior foi redirecionada para nações mais pobres, como alguns países africanos.

REIVINDICAÇÃO ANTIGA

Um Marco Regulatório para o Terceiro Setor pode ser uma das soluções para o problema de *funding* dessas entidades. A reivindicação existe há mais de 20 anos e propõe um esforço para integrar ONGs e governo na criação de mecanismos legais que proporcionem sustentação autônoma para as entidades da sociedade civil.

Um grupo de trabalho formado em 2011 pela Secretaria-Geral da Presidência e representantes de organizações do Terceiro Setor discutiu o assunto em 22 de março, em Brasília. O ponto central da pauta foram as alternativas para financiamento das ONGs. “Estamos voltados para resolver três questões: as relações contratuais entre Estado e ONGs, que regulam o repasse de dinheiro público para as entidades; o financiamento e a sustentabilidade do Terceiro Setor; e a certificação”,

descreve Diogo Sant'Ana, secretário-executivo da Secretaria-Geral da Presidência, responsável por acompanhar esse trabalho.

A esperança dos integrantes da **Plataforma por um Novo Marco Regulatório** é que a presidente Dilma Rousseff cumpra sua promessa

Articulação da sociedade civil, formada por ONGs e fundações, destina-se a negociar com governo e parlamentares a aprovação do Marco Regulatório

de campanha, feita em 2010, de instituir a medida. Essa revisão das leis e normas que regulam as ONGs ajudaria a resolver impasses, como a ausência de mecanismos mais democráticos para pessoas jurídicas e físicas realizarem doações para ONGs com incentivos fiscais e o problema da falta de leis para o repasse de verbas. No Brasil, quando uma

ONG recebe recurso do governo federal, a legislação aplicada é a de repasse de fundos aos municípios. “Uma das alternativas que já vamos colocar em curso no próximo ano é a possibilidade da doação de parte das restituições do Imposto de Renda (IR) a entidades civis”, revela Sant'Ana.

Outro ponto de atenção para os próximos meses é saber se o governo vai apresentar, ele mesmo, um projeto de lei que englobe todos os principais temas da discussão sobre o novo marco legal do Terceiro Setor. Hoje, o papel da Secretária-Geral da Presidência é monitorar os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, e apresentar algumas propostas, como a legislação que regula os repasses públicos para as ONGs e a criação do Simples Social – um sistema tributário destinado a desburocratizar as exigências legais do setor.

As formas atuais de financiamento do Terceiro Setor prejudicam sobretudo os projetos de longo prazo

Enquanto as discussões sobre o Marco Regulatório permanecem em Brasília, muitas ONGs buscam bancar suas ações por meio das parcerias com as empresas. No caso da Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), que atua na área ambiental, os recursos de fontes privadas (fundos e empresas) são considerados caminho sem volta. “Há dez anos, dependíamos quase que exclusivamente das verbas captadas no exterior. Hoje, atuamos com muitos projetos relacionados a empresas e fundos privados no Brasil”, afirma André Guimarães, diretor-executivo da CI-Brasil.

Apesar de manter uma delicada relação com companhias questionadas pelos impactos ambientais em seu campo de atuação – como fabricantes de agrotóxicos e transgênicos e indústrias de celulose –, Guimarães considera esse tipo de parceria uma experiência positiva. “Não fazemos projeto que não tenha um foco em resultados, pois não somos uma consultoria interessada apenas em prestar um serviço pontual, mas sim uma ONG que busca mudar a cultura dessas empresas na forma como lidam com as questões ambientais”, afirma. Segundo ele, ao atuar com essas companhias, a CI acaba tendo acesso a regiões nas quais a necessidade de ações ambientais é mais urgente, como em grande parte das lavouras do Brasil e em locais onde crescem as florestas plantadas com monoculturas. “Não teríamos como propor mudanças nessas áreas sem ser por meio dessas parcerias”, diz.

O diálogo é elemento considerado fundamental para assegurar a atuação independente de uma ONG em uma parceria privada. “Às vezes nesse diálogo conseguimos impor e contestar a forma como a empresa atua; em outras, não. E, quando esse encontro de interesses não acontece, o projeto termina.” Segundo o executivo da CI-Brasil, de cada dez projetos iniciados ou negociados entre a ONG e empresas, dois não se concretizam. A ONG possui inclusive um departamento jurídico que auxilia na análise das práticas das empresas com quem estão negociando projetos.

Em alguns casos, entretanto, as parcerias com o setor empresarial influenciam os projetos das ONGs. “Não vamos nunca abandonar nossos projetos centrais, mas já aconteceu de termos que adaptar ou criar algum novo projeto para atender à demanda de uma empresa parceira”, admite Sóstenes Brasileiro de Oliveira, diretor-geral da Fundação Gol de Letra, que trabalha com educação e formação de crianças e jovens. “Contudo, a relação melhorou muito. Hoje, as empresas já têm uma cultura voltada para as questões sociais e contam com profissionais sensíveis para lidar com esses temas. Antigamente nosso contato direto era com o marketing, que tinha uma visão de negócio e passava muito pela questão da imagem. Agora já consideramos isso um assunto resolvido. Muita coisa evoluiu dentro das companhias.”

Em outros países, a doação é facilitada

A grande maioria dos países onde o Terceiro Setor é robusto assegura incentivos fiscais e facilidades legais para as doações diretas entre o cidadão e essas entidades. Os EUA, que, segundo a pesquisa do Centro de Estudos da Sociedade Civil da Universidade Johns Hopkins, têm 12% de seus empregos ligados a instituições sem fins lucrativos, são um dos casos mais emblemáticos.

Um americano pode destinar a projetos sociais, ambientais e culturais até 50% de suas deduções do Imposto de Renda. Caso não consiga abater tudo em um ano, ele pode optar para doar o restante em um prazo de cinco anos.

O imposto sobre heranças é outro grande incentivo à filantropia. No Brasil, o imposto gira em torno de 5%, enquanto nos EUA uma pessoa falecida é tributada em até 50% daquilo que deixa para os herdeiros.

No Reino Unido, o Big Lottery Fund administra o repasse de verbas da loteria para apoiar projetos da sociedade civil relacionados a saúde, educação, meio ambiente e filantropia. O fundo já destinou mais de 10 bilhões de libras esterlinas ao Terceiro Setor. A França também possui um programa forte para facilitar esses incentivos.



No entanto, a falta de recursos para projetos de longo prazo configura-se como um dos temas mais espinhosos no financiamento privado a organizações não governamentais. “Seja para empresas, seja para fundações, a maioria dos projetos tem duração curta, de até dois anos. E sua continuidade depende de várias renovações, ou até da reformulação e proposição de novos projetos. Um processo burocrático que, além de tempo, requer um corpo administrativo constante para captação e manutenção da prestação de contas. Esse é um dos maiores gargalos do modelo atual de financiamento”, explica Oliveira, da Gol de Letra. O processo afeta principalmente os projetos que precisam manter-se a longo prazo.

O excesso de burocracia é outra queixa comum. “Temos dois projetos sendo analisados pelo Fundo Amazônia e reconhecemos esses recursos como fundamentais, mas o processo de financiamento público de ONGs ainda é muito lento no Brasil, o que atrasa a atuação dessas organizações e enfraquece o setor”, afirma Guimarães, da CI-Brasil. “Nesse caso, além de buscar apoio com os fundos públicos, temos as parcerias com as empresas.”

O uso excessivo das leis de incentivos é outra distorção comum. Por meio desse mecanismo, as empresas podem deduzir do IR devido repasses para projetos culturais e esportivos e doações a fundos sociais, como o do idoso e o da infância e adolescência – ou seja, trata-se de um recurso bancado indiretamente pelos contribuintes. “Hoje quase 70% dos projetos que temos com empresas utilizam leis de incentivo. Além de muita burocracia com a prestação de contas, as normas para usufruir dos incentivos são muito restritivas. Financiam apenas a ponta e não a parte administrativa das ONGs

– setor fundamental para que essa captação ocorra”, reclama Oliveira, da Gol de Letra (*mais em reportagem à pág. 36*).

O tema do financiamento é um ponto crucial para o fortalecimento do Terceiro Setor no País. Hoje, o Brasil é um dos países em que as instituições sem fins lucrativos oferecem menos postos de trabalho – de acordo com estudo produzido pelo Centro de Estudos da Sociedade Civil da Universidade Johns Hopkins, de Baltimore, Maryland, nos Estados Unidos, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os Voluntários das Nações Unidas [1].

O trabalho, publicado em novembro de 2010, buscou mensurar a força do setor sem fins lucrativos no Brasil em comparação com 43 países. Até 2002, as entidades empregavam 2,4 milhões de pessoas, ou cerca de 3% dos empregos assalariados do País. A pesquisa comparativa revelou que Canadá, Estados Unidos e Moçambique empregam o triplo de pessoas no Terceiro Setor.

Além de estar abaixo da média dos países pesquisados, nesse quesito o Brasil ainda fica atrás do Chile e da Argentina, onde mais de 5% dos postos de trabalho encontram-se nas entidades sem fins lucrativos.

Para os críticos do modelo brasileiro, o fortalecimento do Terceiro Setor ainda depende de uma decisão política. “O cerne do Marco Regulatório é esse fortalecimento e garantia de independência, pois precisamos de recursos para ampliar a atuação da sociedade civil organizada no País”, ressalta Vera Masagão, da Abong.

“No Brasil, ainda existe esse discurso de que as ONGs existem porque o governo é falho. Isso é errado, pois o papel dessas organizações é ampliar a participação da sociedade civil dentro de uma democracia, e não para preencher lacunas onde o governo não atua”, conclui Oliveira, da Fundação Gol de Letra. [2]

[1] O estudo *Nonprofit Organizations in Brazil: A Pilot Account with International Comparisons* pode ser baixado no link bit.ly/WSmpie.

Bancando a democracia | Na zona cinzenta entre a iniciativa privada e a esfera pública, podem sair enfraquecidas as bases da sociedade civil, das quais se espera que emerjam forças e pressões vitais para o exercício democrático **POR ARON BELINKY***

Embora o financiamento às atividades de interesse público conduzidas por organizações de natureza privada seja uma questão bastante relevante, sua presença na agenda brasileira é surpreendentemente baixa. Na grande imprensa, o assunto surge raramente e, quando aparece, vem muitas vezes associado a uma agenda negativa, de escândalos e abusos.

Pouco é lembrado que a existência de organizações da sociedade civil autônomas e qualificadas tem como objetivo não apenas suprir serviços descuidados pelos governos e pelas empresas, mas também – e principalmente – garantir que as bases da sociedade ouçam e sejam ouvidas, tanto entre si quanto pelas instituições públicas e privadas.

Sem a constante reflexão, interlocução e vigilância propiciadas por milhares de organizações criadas e operadas por cidadãos independentes, a esfera pública torna-se estéril. Sem a criatividade, a crítica e a pressão popular organizada, a agenda coletiva fica irremediavelmente refém da burocracia estatal e dos interesses dos que, detendo poder, visam antes manter sua hegemonia do que propiciar o bem comum. Mas quem banca as organizações da sociedade civil?

Não esquecendo tradicionais fontes de financiamento (como doações de pessoas físicas, fundos públicos ou privados e cooperação internacional), centro minha atenção em uma parte especialmente dinâmica e de crescente importância nesse cenário: os recursos que fluem das empresas para a sociedade civil, diretamente ou por meio de seus institutos e fundações.

Esse investimento social privado ocorre sob variadas formas e denominações, e não raro se confunde com a responsabilidade social empresarial. É inegável a importância dessa fonte de recursos, e não se trata aqui de desmerecê-la ou diminuir sua importância. Chamo atenção, porém, para um aspecto crítico e que, muitas vezes, passa despercebido.

O fato de muitas empresas terem começado a direcionar recursos para apoio



a projetos sociais e ambientais fez surgir críticas no meio empresarial, embasadas no argumento de que – sendo elas criadas com o objetivo fundamental de maximizar seus resultados e remunerar o capital investido – tais contribuições voluntárias seriam incompatíveis com seu propósito original.

Nessa ótica, contribuições filantrópicas caberiam somente aos proprietários que, tendo recebido seus dividendos e pago seus impostos, são livres para decidir o que fazer com os recursos gerados por seus negócios.

Reagindo a essa crítica com uma lógica do tipo “ganha-ganha”, surge o entendimento de que a contribuição da empresa para além do legalmente exigido seria justificável na medida em que, melhorando o ambiente em que ela se insere, lhe traria ganhos tanto em termos de reputação quanto de vantagem competitiva e produtividade, entre outros aspectos.

Assim, desde que alinhada com os interesses da empresa, a contribuição voluntária seria justificável e desejável, não conflitando com seu mandato e com o compromisso perante acionistas ou investidores.

Tal lógica, conforme se aprimora, desemboca em soluções criativas e engenhosas, nas quais se obtém a otimização dos benefícios sociais e ambientais dos recursos alocados, combinada a substanciais vantagens para a empresa financiadora. No mundo das empresas, é natural que soluções assim sejam festejadas e incentivadas. Pergunta-se, porém, a partir de que ponto tais investimentos deveriam deixar de ser vistos como contribuição para a sociedade, e passar

a ser encarados como uma estratégia de negócios que maximiza as vantagens para a empresa e, como subproduto, também para a sociedade. Difícil dizer onde está a linha que separa uma coisa da outra...

E para que precisamos dessa distinção? Se está bom para as empresas e gerando benefícios para a sociedade, por que não deixar simplesmente que o dinheiro flua e irrigue cada vez mais essas exemplares soluções?

Há pelo menos uma boa razão prática para vermos com cautela essa mescla entre iniciativa privada e esfera pública. Ao borrar a fronteira entre essas duas lógicas, perdemos a capacidade de discernir entre o dinheiro que por interesse financia a “prestação criativa de serviços sociais” e aquele que, com o devido respeito à autonomia das bases, pode apoiar a ação da sociedade civil na manutenção de uma esfera pública fértil e pulsante, sensível à percepção e à pressão popular.

Ao deixarmos minguar esse elemento vital da sociedade democrática, perdemos a capacidade de bem ocupar espaços públicos fundamentais, como conselhos e outras instâncias que, rapidamente, vão sendo tomados pelos mais baixos interesses.

A fraca reação popular às recentes afrontas perpetradas por certos políticos no Congresso Nacional são um eloquente exemplo disso, e um alerta de que é preciso, com urgência, irrigar as raízes de nossa democracia.

* COORDENADOR DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL / ARTICULAÇÃO E PARCERIAS DO GVCes

O papa que saiu do fim do mundo | A fala e as singelas atitudes de Francisco surpreenderam também aqueles que ainda creem que o Rio de Janeiro é a capital da Argentina, ou vice-versa **POR TÃO GOMES PINTO***

O fato de o cardeal Jorge Mario Bergoglio ter dito, logo após sua escolha, que o conclave foi buscar um papa “no fim do mundo” provocou reações inesperadas. As favoráveis, pelo fato de dar esperança aos países distantes do capitalismo central de uma mudança nos procedimentos da Santa Madre em relação às populações menos desenvolvidas. E, as contrárias, em razão do suposto apoio do papa Francisco ao regime instalado pelos militares na Argentina nos anos 1970.

A fala de Francisco surpreendeu também aqueles que ainda creem que o Rio de Janeiro é a capital da Argentina, ou vice-versa. Os que pensam assim estão defasados no tempo. Se bem que, para os argentinos, o tempo parece ter um andamento diferente. Sempre existirão os que juram que Carlos Gardel continua cantando cada vez melhor. Esse argentino – e aí ele terá a companhia de milhões de compatriotas – com certeza é daqueles que acham Maradona melhor do que Pelé.

O mundo ficou sabendo que o novo papa é torcedor apaixonado do San Lorenzo de Almagro. Em se tratando de futebol, sofremos, ambos, de uma doença incurável, a rivalidade. Como diz o Galvão, “ganhar é sempre bom, ganhar da Argentina é melhor”. Cobri a Copa do Mundo de 1978, no apogeu do regime militar. Testemunhei a euforia dos torcedores que lotavam o Monumental de Núñez. Eles haviam sobrevivido a um susto tremendo quando, a poucos segundos do fim do segundo tempo, o holandês Resenbrink chutou uma bola na trave que daria o título à famosa Laranja Mecânica.

Prorrogação. Derrotada a Holanda por 3 a 1, vi o orgulho nacional argentino vibrar no instante em que o ditador Jorge Rafael Videla entregava a taça ao capitão do time, o zagueiro Passarella. Ao meu lado, um argentino, com os olhos cheios de lágrimas, exultava: “*Mira El Flaco... Mira El Flaco*”. O flaco (magro) não era Passarella. Era o ditador Videla, naquele momento transformado em herói da pátria. Duvido que algum dos 74 mil argentinos que assistiam à cena ao vivo se lembrasse ali de questionar os crimes dos militares.



Eu constataria em seguida a força da rivalidade brasileiro-argentina. Disfarçado de inglês, graças a um chapeuzinho estilo Inspetor Clouzot e um sobretudo recém-adquirido em Londres, entrei em um restaurante na Calle Florida e fui surpreendido por um grito recorrente em Buenos Aires naquela noite de euforia: “*Salta... salta... salta, quién no salta és brasileño!*” A partida final foi contra a Holanda. O Brasil já caíra nas semifinais. Nem chegamos a enfrentar a Argentina. Para eles isso era irrelevante. O adversário que acabara de ser humilhado era o Brasil. E lá fiquei eu, diante de um esplêndido bife *chorizo*, levantando e pulando cada vez que alguém berrava: “*Salta, salta...*”

A escolha do papa produziu observações irônicas. Um jornal inglês resumiu sua perplexidade indagando se tudo não seria culpa de uma nova “mão de Deus”. Aquela frase famosa com a qual Maradona explicou quem havia feito o célebre gol contra a Inglaterra, no Mundial do México. Por aqui, foram várias as referências ao futebol. A melhor delas uma charge onde o papa Francisco traz pelas mãos Maradona e Messi sob o título: “Os dois filhos de Francisco”.

Isso, é claro, não explica por que a Igreja Católica veio tão longe buscar seu primeiro papa não europeu. Mas serve para dar algumas pistas do que o Espírito Santo repassou aos cardeais reunidos no conclave, como os católicos acreditam. Na essência, a mensagem é a de que Igreja precisa mudar.

Foi o que Francisco começou a fazer assim que a fumaça branca apareceu. Ao

apresentar-se como papa para a multidão que aguardava ansiosa na Praça São Pedro, ele inovou. Um funcionário do Vaticano ofereceu ao novo papa o manto vermelho que seu antecessor usava nas cerimônias importantes. “Não, obrigado, monsenhor”, respondeu Francisco, acrescentando em voz baixa: “O carnaval acabou”. Francisco dispensou também a cruz de ouro. Usou uma cruz muito simples, de prata, que trouxe de Buenos Aires. Outro momento significativo ocorreu quando o papa quebrou os lacres do apartamento papal para tomar posse de sua nova casa. Francisco observou o ambiente e teria dito: “Eu não preciso de todo esse espaço”.

Poucas horas depois, o papa dava uma escapada. Saiu do Vaticano em um carro comum para orar na basílica onde o fundador da ordem dos jesuítas, Ignácio de Loyola, rezou séculos atrás. Na volta, pediu ao motorista que parasse no hotel no centro de Roma onde se hospedara antes do conclave. Deixou-se fotografar na recepção, aguardando o gerente fazer as contas.

Embora muitos especialistas considerem cedo para uma avaliação desse tipo de conduta, Francisco tem dado sinais claros de que haverá mudanças profundas na estrutura do Vaticano. Não nos dogmas, que serão mantidos por enquanto, com o rigor que os jesuítas costumam se autoimpor. Mas na gestão dos assuntos internos mais críticos, como as denúncias que abalaram os negócios do Banco do Vaticano. E também nas rotinas da Igreja, que deixará de lado as demonstrações de opulência e ostentação.

Por uma ironia do destino, ou do Espírito Santo, essas mudanças por enquanto apenas insinuadas, mas previsíveis, na busca pela simplicidade perdida, serão realizadas por um argentino. Uma gente com fama de arrogante, pretensiosa, que se acha sempre *mejor, más grande*. Afinal, todo mundo sabe qual o método mais usado pelos *hermanos* para suicidar-se. É saltar do próprio ego...

* JORNALISTA, FOI UM DOS FUNDADORES DO JORNAL DA TARDE E TRABALHOU NAS REVISTAS VEJA, ISTOÉ E MANCHETE



2+3 = 2,5

Entre o Segundo e o Terceiro Setor, um novo tipo de negócio ganha fôlego no Brasil, unindo características empresariais com as das ONGs

POR THAÍS HERRERO FOTOS AMANDA ABAD

“Gerir e restaurar 60 mil hectares de Mata Atlântica da América do Sul e criar mais de mil postos de trabalho até 2020.” Embora pareça uma típica missão de organização não governamental, ela está no coração dos negócios de uma empresa de erva-mate orgânica. Quando, em 1996, dois amigos de universidade, o argentino Alex Pryor e o americano David Karr, idealizaram o negócio, queriam dividir com mais pessoas o prazer de tomar chimarrão e tereré (versões quente e fria da bebida com o mate). Não desejavam, no entanto, abrir um negócio comum. Ambicionavam uma empresa com uma estratégia de uso sustentável dos recursos naturais e que fosse operada sob a filosofia do comércio justo.

A ideia ganhou forma há 16 anos na Guayakí, hoje uma das principais referências do conceito de negócio social. A empresa vende

erva-mate cultivada por comunidades rurais da Argentina, Paraguai e Brasil a consumidores dos Estados Unidos e do Canadá – e, em 2014, pretende aportar no mercado brasileiro.

Além de gerar emprego e renda, a empresa oferece projetos de capacitação para que as comunidades cultivem novas áreas de floresta nativa. A erva-mate precisa da sombra de árvores mais altas para se desenvolver e, por isso, é necessário ter no mesmo terreno outras espécies nativas. Nos projetos da Guayakí, plantam-se principalmente espécies frutíferas, como jaboticaba e pitanga. “Nosso modelo permite restaurar mais hectares de Mata Atlântica, na medida em que cresce a demanda pelo mate. É o contrário do modelo da soja, por exemplo, no qual o aumento de consumo gera um resultado negativo sobre os recursos naturais”, diz Pryor, em entrevista a PÁGINA22, por e-mail.

O mate que produzem é orgânico, certificado pela California

Certified Organic Farmers (CCOF), creditado pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. E o comércio justo, pela Fair for Life.

NOVOS FORMATOS

A Guayakí integra um grupo de empresas que tem como propósito lucrar apoiando-se na lógica da competitividade e eficiência do mercado ao mesmo tempo em que gera impacto positivo, contribuindo para a solução problemas ambientais e sociais. São os chamados negócios ou empreendimentos sociais. Por unir características do Segundo e do Terceiro Setor (*mais em glossário à página 31*), é também chamado de “Setor 2,5”.

Essas empresas não têm características homogêneas, porque se propõem a gerar o impacto social de diferentes formas. Como afirma Célia Cruz, diretora-executiva do Instituto de Cidadania Empresarial

(ICE), o Setor 2,5 tem 50 tons de cinza. “Há ONGs que abrem um negócio para gerar renda, há empresas que vendem serviços ou produtos destinados à população de baixa renda e que, por isso, têm preços acessíveis e há empresas que se parecem mais com as tradicionais: geram lucro e destinam parte (ou tudo) para uma causa social”, explica.

“Estão nesse rol os empreendedores que querem fazer algo de bom pela sociedade, mas por meio dos negócios e não de uma ONG”, explica Henrique Bussacos, sócio-fundador do HUB São Paulo e diretor do **HUB Global**. Para ele, é difícil traçar uma linha e definir com clareza onde começa e onde termina o Setor 2,5.

■ O HUB é uma comunidade global de empreendedores, prestadores de serviços, organizações e empresas voltadas para o impacto positivo. É uma rede de contatos, mas há também sedes fixas que funcionam como escritórios de trabalho cooperativo (conhecido pelo jargão em inglês *co-working*)

SETOR 2,5

“Os Estados, a sociedade civil e a filantropia, sozinhos, não dão conta de resolver a magnitude dos problemas sociais e ambientais que compartilhamos em nível global e local”, diz Pedro Tarak, advogado argentino e conselheiro da Guayakí. Em um mundo com 4 bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 3 por dia, faz sentido que esse setor encontre espaço para crescer. Nos países emergentes, por exemplo, essas empresas são caracterizadas pelo alto poder de ganho de escala e centram-se principalmente em saúde e educação.

Foi justamente em um país emergente, Bangladesh, que surgiu uma das mais famosas instituições do Setor 2,5: o **Grameen Bank**. Já no Brasil, um serviço para a população que depende do Sistema Único de Saúde (SUS) é o Saútil, uma espécie de “Google da saúde”. No site de busca sautil.com.br é possível encontrar informações de como e onde acessar remédios, produtos e serviços médicos. A base de dados são os diversos portais governamentais.

ALTERNATIVA DE GESTÃO

Esse setor também emerge como uma forma de suprir necessidades e resolver os problemas dos dois setores que o cercam. De um lado, há o maior engajamento do lado empresarial, como mostra o caso dos amigos que fundaram a Guayakí. Do outro, estão organizações do Terceiro Setor com dificuldade de acessar verba dos governos.

Para Renato Kiyama, diretor da Artemisia, muitas ONGs encaram esse tipo de empreendedorismo como alternativa de gestão. “As arrecadações de verba do governo são feitas sob um excesso de burocracia. As ONGs precisam perder muito tempo e trabalho só para prestar contas de como usam os recursos. Por exemplo, nem sempre podem pagar pessoas que prestam serviços, porque toda a verba deve ir só para um projeto específico”, explica. Como decorrência, as organizações estão abrindo braços de negócios sociais para que possam ter mais liberdade de acessar e manejar o dinheiro que entra.

O Comitê pela Democratização da Informática (CDI) é um exemplo. Nasceu como organização não governamental com a missão de promover o acesso a tecnologias de informação em comunidades de baixa renda e da periferia do Brasil. Em 2009, criou uma unidade de negócios: a CDI Lan, que já afiliou 6,5 mil LAN houses e capacitou seus donos e funcionários para que os locais se transformassem em centros de prestação de serviços (mais em cdilan.com.br). Alguns estabelecimentos, por exemplo, tornaram-se correspondentes bancários do Banco do Brasil que fazem transações, pagamentos, consultas no Serasa e até abertura de conta corrente. A população acessa essas facilidades e os donos das LAN houses ganham mais clientes, além de ser remunerados pelos diversos tipos de serviço.

CENÁRIO NACIONAL

No Brasil, as primeiras empresas sociais foram criadas entre os anos de 2006 e 2007. Estiveram entre as pioneiras o HUB São Paulo e a Tekoha, também cofundada por Bussacos. Em seu primeiro modelo de negócio, a Tekoha era uma loja virtual de artesanato e objetos produzidos por comunidades espalhadas pelo Brasil e que dificilmente chegariam ao mercado consumidor das grandes cidades sem um



mediador. A cada venda, metade do valor era dos produtores, 25% cobriam custos e despesas, e o restante ficava como lucro da empresa.

No segundo semestre de 2012, a Tekoha transformou-se em uma consultoria para instituições, como secretarias e governos, interessadas em capacitar comunidades com produções locais. A empresa se deu conta de que a maioria das famílias já estava amadurecida a ponto de seguir seus negócios sem intermediários. “Preparamos as comunidades para que caminhassem sozinhas. A mudança no nosso modelo só aconteceu porque somos um negócio social. Se não fôssemos, continuaríamos intermediando as vendas, porque davam lucro”, diz Bussacos.

Enquanto a Tekoha era criada, as informações sobre o Setor 2,5 começavam a chegar ao Brasil. Crucial nesse momento foi a Artemisia, primeira aceleradora de negócios sociais do País. Duas vezes por ano, cerca de dez empresas em início de operação são selecionadas

para passar seis meses sob os cuidados de um time especializado que estuda e redesenha o modelo de negócio, capacita os envolvidos e até ajuda a selecionar novos profissionais recém-formados nas melhores universidades para ser contratados.

Segundo Renato Kiyama, a maior mudança até hoje foi no perfil dos empreendedores apoiados pela Artemisia. Nos primeiros anos, a maioria eram jovens em início de carreira. Desde 2010, no entanto, 80% deles já trabalharam em grandes corporações, mostrando um amadurecimento do setor. Até 2012, 45 empresas haviam passado pelo processo e, neste semestre, outras dez estão sendo aceleradas. De todas, apenas cinco faliram. “As outras, mesmo que não sejam grandes corporações, estão se pagando e crescendo”, pondera Kiyama. Contribui para isso o fato de que a maioria já sai de lá com um impulso financeiro, uma vez que fundos de investimento voltados para os negócios de impacto social ficam de olho nesses novos empreendimentos. Sete negócios que passaram pela Artemisia receberam de início mais de R\$ 1 milhão de investidores.

Os chamados fundos de investimento de impacto social crescem acompanhando o Setor 2,5. O ano de 2012 começou com apenas três empresas desse modelo no mercado nacional: a Vox Capital, a First e a Pragma. Atualmente, já existem dez. “Isso mostra uma nova mentalidade. Faz sentido que pessoas queiram investir em um negócio de impacto social, mas que também esperem retorno financeiro”, diz Célia Cruz.

FORAS DA LEI

Aceleradoras e investidoras cumprem papel fundamental para o surgimento e o desenvolvimento das empresas sociais que ainda não contam com ajuda do governo ou regulamentação, como acontece em alguns países, na opinião de Kiyama. Na maior parte dos casos, tais empresas enquadram-se como pequenas e médias, visto que, como ONGs que comercializam algum produto, teriam de pagar impostos mais altos.

O Brasil encontra-se ao lado dos outros emergentes, no grupo dos países sem regulamentação para o Setor 2,5. Já na Europa, definem-se como *social enterprise* os negócios que comercializam produtos ou serviços, mas destinam todo o lucro para a causa social ou ambiental – ou seja, não dividem nada entre acionistas. Entre outras obrigações para obter isenções fiscais, esses negócios precisam ter uma cota estabelecida de mão de obra voluntária e representantes dos grupos beneficiados no conselho.

O então Ministério da Indústria e do Comércio do Reino Unido estabeleceu em 2004 o conceito de negócios sociais e sua forma legal, chamada Community Interest Company (CIC). Essas empresas são um tipo de sociedade limitada cujo objetivo é operar em benefício da comunidade (provendo serviços, inclusão social, preservação ambiental etc.) e não dos seus proprietários. Por isso, destina todo o lucro para a própria causa, e também sem dividi-lo entre acionistas. Foram regulamentadas para que se diferenciasssem das instituições de caridade que têm mais vantagens fiscais, porém estão sujeitas a uma regulamentação mais custosa do que as CICs.

Renato Kiyama, da Artemisia, é pessimista quanto ao surgimento

[1] As B Corps foram assunto na seção *Economia Verde* da edição 64 de PÁGINA22 e no blog *De Lá Pra Cá* (bit.ly/t1BLIN)

de uma legislação brasileira no futuro próximo. “É difícil regular um setor que no Brasil é muito jovem. Com o tempo, esses negócios vão se definir e consolidar suas características. Teremos mais casos e histórias – boas e ruins. Aí, sim, será hora de ter legislação própria”, afirma. Forçar direitos e deveres agora, para ele, poderia até mesmo limitar a capacidade de inovação e o desenvolvimento do setor em seu maior potencial.

EMPRESA LADO B

Enquanto nem todos os países regulam o Setor 2,5, a organização americana sem fins lucrativos B Lab criou uma certificação para as companhias que usam o seu poder de mercado para criar benefícios sociais e ambientais. As chamadas empresas benfeitoras, ou empresas B, do inglês *benefit corporations* (B corps), que dá nome ao selo. [1] A Guayakí é uma das empresas certificadas.

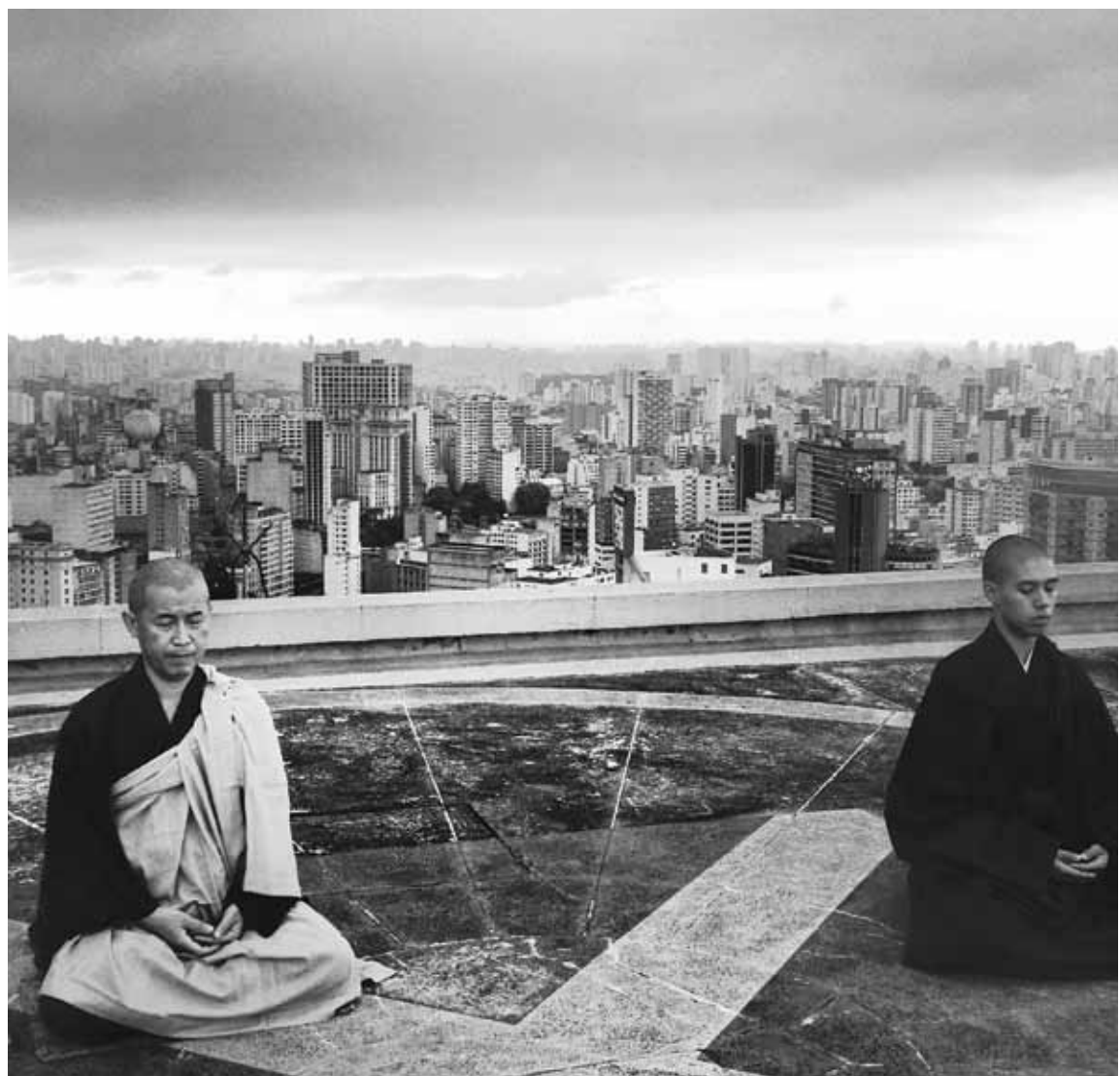
A adesão ao certificado é voluntária, porém paga – cerca de US\$ 500 anuais para pequenas empresas e US\$ 25 mil para grandes. Para obtê-lo, é necessário fazer uma avaliação que meça os impactos que o negócio pode gerar no meio ambiente e na sociedade – como os relacionados à mão de obra – e passar por uma consultoria que indique como minimizá-los. Atravessadas essas duas etapas, o empresário assina um **termo de compromisso** pelo qual assume os deveres de uma empresa B. Uma vez assinado, o documento passa a ter força legal e os responsáveis podem ser processados pelo seu não cumprimento.

O crescimento do número de empresas que aderem ao selo mostra o potencial do setor. Em novembro de 2011, havia 300 B corps nos Estados Unidos, 2 no Canadá e 1 no México. Hoje, são 715, espalhadas por 24 países. A América do Sul conta com 42, das quais **3 no Brasil**. E o número só vai crescer. Desde o ano passado, opera no Chile o primeiro braço da B Lab na América Latina, denominado Sistema B. Pedro Tarak, que também é um dos coordenadores da iniciativa, conta que o Sistema B e a CDI já estão estudando a entrada da organização no País.

Tarak credita o crescimento dos negócios sociais ao atual momento histórico e econômico, que, segundo ele, pede “a gritos” novas formas de nos organizarmos economicamente e inclui, cada vez mais, a busca pela melhora das condições sociais e do meio ambiente nos negócios.

“Assim como a Revolução Industrial levou ao surgimento de formas de proteger a empresa capitalista – como a Sociedade Anônima (S/A) e a Limitada (Ltda.) –, e assim como a preocupação com a exploração dos trabalhadores impulsionou a formação de cooperativas, nesta era da sustentabilidade precisamos de novas opções empresariais. Opções que combinem a busca pelo lucro com a geração de bens públicos para todos”, diz.

Henrique Bussacos concorda com o raciocínio de Tarak. “A lógica de mercado vigente exagera ao estabelecer que a empresa deve apenas gerar valor para seus acionistas.” Mas Tarak não considera o Setor 2,5 a única solução para os problemas do mundo. “Sempre haverá espaço para o Segundo e o Terceiro Setor tradicionais. O melhor do Setor 2,5 é influenciar ambos.”



LETICIA FREIRE / SCIENTIAE STUDIA

Pensando **alto**

“**E**u acredito que devemos conscientemente desenvolver um grandioso senso de Responsabilidade Universal. Devemos aprender a trabalhar não apenas para nós mesmos, família ou nação, mas para o benefício de toda a humanidade.”

TENZIN GYATSO, O 14º DALAI-LAMA

(FOTO TIRADA NO HELIPORTO DO EDIFÍCIO COPAN, EM SÃO PAULO, ONDE HÁ SESSÕES DE MEDITAÇÃO BUDISTA)



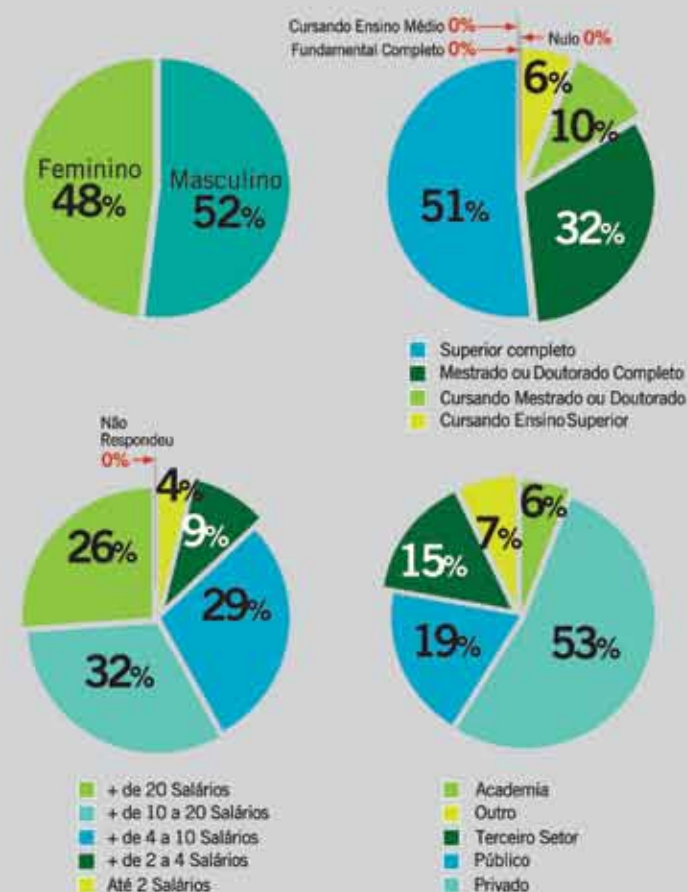
Converse com o ecossistema da sustentabilidade

ANUNCIE NA

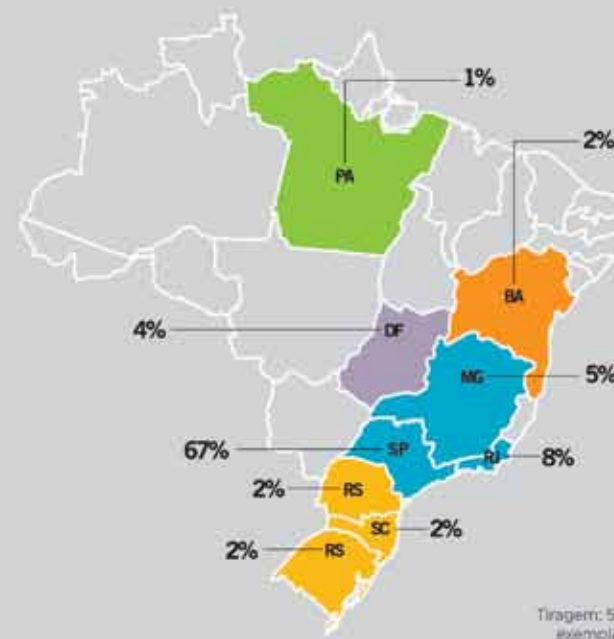
PAGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

PERFIL DO LEITOR



DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



PÁGINA22 é uma publicação voltada para os dilemas do século XXI e os desafios para que a humanidade caminhe em direção ao século XXII conciliando economia, bem-estar social e a manutenção das condições naturais que garantem a vida na Terra. Anunciar na revista significa dialogar com um público que reconhece a importância da sustentabilidade e é formador de opinião nas empresas, em órgãos de governo, na mídia, na academia e na sociedade civil em geral.

www.fgv.br/ces/pagina22



Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP



Floresta Amazônica - 1.500 a 2.000

Não deixe que as florestas do
Brasil fiquem no passado.

Se não agirmos agora, nossas florestas serão uma remota lembrança, uma história contada de forma mitológica ou até mesmo uma peça de museu. O Brasil pode se desenvolver sem mais desmatamento. Junte-se ao Greenpeace e assine a petição pelo Desmatamento Zero.

GREENPEACE
www.greenpeace.org.br